



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
3º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MANAUS – AM
Março/2014



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
3º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU/PR nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

MANAUS – AM
Março/2014

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Martins Cardozo

Secretária-Executiva

Marcia Pelegrini

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Valéria Grilanda Rodrigues Paiva

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretora Geral

Maria Alice Nascimento Souza

3º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Chefe de Distrito

Benjamin Affonso Neto

Chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização

Wirley Menezes de Paula

Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro

Manoel Soares Oliveira Filho

Chefe do Núcleo de Administração de Pessoal

Gláucio Casacurta Santos - Substituto

Chefe do Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos

Paulo Ricardo Nascimento de Oliveira

Missão Institucional

Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União

SUMÁRIO

<u>1. INTRODUÇÃO.....</u>	<u>10</u>
<u>2 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE.....</u>	<u>12</u>
<u>2.1 Identificação da unidade jurisdicionada.....</u>	<u>12</u>
<u>2.2 Finalidade e competências institucionais da unidade.....</u>	<u>12</u>
<u>2.3 Organograma funcional.....</u>	<u>17</u>
<u>2.4 Macroprocessos finalísticos.....</u>	<u>19</u>
<u>2.5 Macroprocessos de apoio.....</u>	<u>23</u>
<u>2.6 Principais parceiros.....</u>	<u>25</u>
<u>3 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....</u>	<u>25</u>
<u>3.1 Planejamento da unidade.....</u>	<u>25</u>
<u>3.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....</u>	<u>37</u>
<u>3.2.1 Programa temático.....</u>	<u>37</u>
<u>3.2.2 Objetivo.....</u>	<u>37</u>
<u>3.2.3 Ações.....</u>	<u>37</u>
<u>3.2.3.1 Ações – OFSS.....</u>	<u>37</u>
<u>3.2.3.2 Ações/subtítulos – OFSS.....</u>	<u>37</u>
<u>3.2.3.2.1 Ação 2000.....</u>	<u>38</u>
<u>3.2.3.2.2 Ação 20IC.....</u>	<u>39</u>
<u>3.2.3.2.3 Ação 2723.....</u>	<u>40</u>
<u>3.2.3.2.4 Ação 86A1.....</u>	<u>41</u>
<u>3.2.3.2.5 Ação 8698.....</u>	<u>41</u>
<u>3.2.3.3 Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não processados – OFSS.....</u>	<u>42</u>
<u>4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....</u>	<u>43</u>
<u>4.1 Estrutura de governança.....</u>	<u>43</u>
<u>4.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos.....</u>	<u>43</u>
<u>4.3 Sistema de Correição.....</u>	<u>47</u>
<u>4.4 Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....</u>	<u>48</u>
<u>4.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.....</u>	<u>49</u>
<u>5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</u>	<u>49</u>
<u>5.1 Execução das despesas.....</u>	<u>49</u>
<u>5.1.1 Programação.....</u>	<u>49</u>
<u>5.1.2 Movimentação de créditos interna e externa.....</u>	<u>49</u>
<u>5.1.2.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa.....</u>	<u>49</u>
<u>5.1.2.2 – Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa.....</u>	<u>50</u>
<u>5.1.3 Realização da despesa.....</u>	<u>51</u>
<u>5.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação.....</u>	<u>51</u>
<u>5.1.3.2 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação.....</u>	<u>51</u>
<u>5.1.3.3 Análise crítica da realização da despesa.....</u>	<u>52</u>
<u>5.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....</u>	<u>52</u>
<u>5.2.1 Análise crítica.....</u>	<u>53</u>
<u>5.3 Suprimento de fundos.....</u>	<u>53</u>
<u>5.3.1 Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....</u>	<u>53</u>
<u>5.3.2 Suprimento de fundos – Conta Tipo “B”.....</u>	<u>53</u>
<u>5.3.3 Suprimento de fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....</u>	<u>53</u>
<u>5.3.4 Prestações de contas de Suprimento de Fundos.....</u>	<u>53</u>
<u>5.3.5 Análise Crítica.....</u>	<u>54</u>
<u>6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....</u>	<u>54</u>

6.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	54
6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....	54
6.1.1.1 Lotação.....	56
6.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada.....	57
6.1.2 Qualificação da força de trabalho.....	58
6.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções.....	58
6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade.....	58
6.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade.....	59
6.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada.....	59
6.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	60
6.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria.....	60
6.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada.....	61
6.1.5 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.....	61
6.1.6 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.....	61
6.1.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	62
6.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários.....	64
6.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.....	64
6.2.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	64
6.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada.....	64
6.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	65
6.2.5 Análise crítica dos itens 6.2.3 e 6.2.4.....	65
6.2.6 Composição do quadro de estagiários.....	66
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	66
7.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros.....	66
7.1.1 Gestão da frota de veículos próprios.....	66
7.1.2 Gestão da frota de veículos de terceiros.....	69
7.2 Gestão do patrimônio imobiliário.....	69
7.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial.....	69
7.2.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional.....	69
7.2.2.1 Análise crítica.....	70
7.2.3 Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ.....	70
7.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros.....	70
8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	70
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	70
9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	73
9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	73
9.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados.....	75
9.3 Consumo de papel, energia elétrica e água.....	75
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	75
10.1 Tratamento de recomendações do OCI.....	75
10.1.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício.....	75
10.2 Informações sobre a atuação da unidade de Auditoria Interna.....	76
10.3 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	76
10.3.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	77
10.3.2 Situação do cumprimento das obrigações.....	77
10.4 Medidas adotadas em caso de dano ao erário.....	77
10.5 Alimentação Siasg e Siconv.....	78

<u>11. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</u>	<u>78</u>
<u>12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</u>	<u>78</u>
<u>12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.....</u>	<u>78</u>
<u>12.1.1 Depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos.....</u>	<u>78</u>
<u>12.2 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....</u>	<u>80</u>
<u>13 RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</u>	<u>80</u>
<u>13.1 Atuação frente aos objetivos estratégicos traçados para o exercício de 2013.....</u>	<u>80</u>
<u>13.2 Principais medidas que deverão ser adotadas nos exercícios seguintes para mitigar os desvios dos objetivos traçados para o exercício de 2013.....</u>	<u>80</u>
<u>14 ANEXOS.....</u>	<u>81</u>
<u>14.1 Quadro 10.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Siconv.....</u>	<u>81</u>
<u>14.2 Quadro 12.2 – Declaração do Contador atestando as demonstrações contábeis – Declaração com ressalva.....</u>	<u>82</u>

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADI	Avaliação de Desempenho Individual
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APH	Atendimento Pré-Hospitalar
CGO	Coordenação-Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização
CGRH	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGU	Controladoria-Geral da União
CGU	Controladoria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNAE	Cadastro Nacional de Atividade Econômica
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COEN	Coordenação de Ensino
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CRET	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
CRLV	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CSR	Comando de Saúde Rodoviário
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DG	Direção-Geral
DISAS	Divisão de Saúde e Assistência Social
DITRAN	Divisão de Trânsito
DN	Decisão Normativa
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN	Instrução Normativa
INFOSEG	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
IS	Instrução de Serviço
ISDN	<i>Integrated Services Digital Network</i> (Rede Digital de Serviços Integrados)
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPO	Manual de Procedimentos Operacionais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAF	Núcleo de Administração Financeira
NAP	Núcleo de Administração de Pessoal
NCAI	Núcleo de Correição e Assuntos Internos

NPF	Núcleo de Policiamento e Fiscalização
OCI	Órgão de Controle Interno
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Ordem de Serviço
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PF	Pessoas Fiscalizadas
PI	Plano Interno
PNSP	Programa Nacional de Segurança Pública
PPA	Plano Plurianual
PR	Procuradoria da República
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RFB	Receita Federal do Brasil
RG	Relatório de Gestão
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a Pagar
SAD	Sindicância Administrativa Disciplinar
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST	Serviço Social do Transporte
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIGER	Sistema de Informações Gerenciais
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRP	Sistema de Registro de Preços
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TA	Testes de Alcoolemia
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UCC	Unidade Centralizadora de Compras
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
UOP	Unidade Operacional
VF	Veículos Fiscalizados

LISTA DE QUADROS, TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES

QUADRO 2.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	12
QUADRO 3.2.3.2.1 – AÇÃO 2000.....	38
QUADRO 3.2.3.2.2 – AÇÃO 201C.....	39
QUADRO 3.2.3.2.3 – AÇÃO 2723.....	40
QUADRO 3.2.3.2.4 – AÇÃO 86A1.....	41
QUADRO 3.2.3.2.5 – AÇÃO 8698.....	41
QUADRO 3.2.3.3 – AÇÃO 2524.....	42
QUADRO 4.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	43
QUADRO 5.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA.....	49
QUADRO 5.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA.....	50
QUADRO 5.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	51
QUADRO 5.1.3.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	51
QUADRO 5.2 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	52
QUADRO 5.3.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	53
QUADRO 5.3.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF).....	53
QUADRO 6.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	56
QUADRO 6.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	57
QUADRO 6.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	58
QUADRO 6.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	58
QUADRO 6.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	59
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	59
QUADRO 6.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	59
QUADRO 6.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO.....	60
QUADRO 6.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	61
QUADRO 6.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	64
QUADRO 6.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	65
QUADRO 6.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	66
QUADRO 7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	69
QUADRO 7.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	69
QUADRO 8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	71
QUADRO 9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	73
QUADRO 9.3 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	75
QUADRO 10.1.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	75
QUADRO 10.3.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	77

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e demais orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações e os resultados operacionais obtidos em função das metas programadas, assim como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e consequentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo 3º Distrito de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2013 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública, segurança viária e assistência à saúde. Foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2012 e relatórios de atividade das diversas áreas da Administração Regional e, em alguns casos, do próprio Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão central da PRF, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão das Ações vinculadas aos Programas sob a responsabilidade do Ministério da Justiça.

Por estar estruturado em observância aos normativos e orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria Geral da União este Relatório se encontra dividido em itens numerados de 1 a 12, seguindo a mesma sequência fixada nos normativos e orientações acima citados; porém alguns itens podem apresentar numeração própria, haja vista que alguns itens solicitados pelo Anexo II da Decisão Normativa do TCU nº 127/2013 não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade. Por sua vez, os itens aplicáveis a esta Unidade e aqueles para os quais não houver ocorrências no período se desdobram em subitens tendo como limite o numeral de quarta ordem, nos quais, neste particular, estão descritas as ações e as execuções orçamentárias de créditos originários e recebidos por movimentação.

As ações executadas iniciam-se com quadro contendo as informações relativas as mesmas, seguidas de descritivo das ocorrências do exercício elaboradas pelos responsáveis por suas respectivas ações no âmbito desta Unidade Jurisdicionada. A quantificação das despesas executadas para o desempenho das ações encontra-se nos subitens referentes ao desempenho operacional da Unidade, inscrição em restos a pagar, transferências e execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade.

Com esse relatório o 3º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício de 2013, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias federais e áreas de interesse da União como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

Abaixo estão relacionados os itens aplicáveis a esta UJ para os quais, no entanto, não houveram registros de ocorrências no exercício 2013, como também os itens cujas naturezas jurídicas não se aplicam a esta Unidade, todos antecedidos pela numeração atribuída pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013:

Itens não Aplicáveis ou que não Ocorreram:

Parte “A” do Anexo II da D.N. TCU Nº 127, de 15/05/2013:

- 2.2.3.4 ações orçamento de investimento – não se aplica à PRF
- 3.3 Remuneração Paga a Administradores;
- 4.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – total
- 4.1.3.2 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela UJ
- 4.1.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total
- 4.1.3.4 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela UJ
- 4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos
- 4.4 Transferências de recursos
- 4.6 Renúncias sob a gestão da UJ
- 4.7 Gestão de Precatórios;
- 5.1.5 Cadastramento no SISAC
- 6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros;
- 9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU
- 9.2.2 Recomendações da OCI pendentes de Atendimento ao final do exercício
- 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008;
- 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976;
- 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais;
- 11.6 Relatório de Auditoria Independente.

Parte “B” do Anexo II da D.N. TCU Nº 127, de 15/05/2013: Todos os Itens.

2 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

2.1 Identificação da unidade jurisdicionada

QUADRO 2.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Terceiro Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação Abreviada: 3º DRPRF/AM			
Código SIORG: 14016	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 200110
Natureza Jurídica: órgão público			CNPJ: 00.394.494/0105-22
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(92) 2129-0551	(92) 2129-0553	(92) 2129-0560
Endereço Eletrônico: sup.am@prf.gov.br			
Página na Internet: http://www.prf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Mário Ypiranga, nº 2479, Conjunto DNER – Parque 10 de Novembro, CEP 69.050-030, Manaus/AM			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal (art. 144), Lei nº 9.503/1997 (CTB), Decreto nº 1.655/1995.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200109	Departamento de Polícia Rodoviária Federal		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
1	Gestão Tesouro Nacional		

2.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

A Polícia Rodoviária Federal - PRF tem como missão precípua promover a segurança viária nas rodovias e estradas federais sob sua circunscrição. Naturalmente, o trabalho desenvolvido no leito viário impacta todo o espectro de segurança pública, tarefa típica do Estado. Portanto, pode-se dizer que os beneficiários dos serviços da PRF são os usuários dessas vias, bem como a população a ela lindeira e, em última análise, a sociedade de modo geral.

A segurança viária compreende a prevenção da ocorrência de acidentes de trânsito e, também, o enfrentamento aos ilícitos que se valem dessas vias para sua locomoção ou movimentação. Nesta região típica de fronteira, o enfrentamento ao tráfico de drogas, armas, contrabando, descaminho, crimes ambientais, crimes contra a dignidade da pessoa humana ganha contornos mais fortes.

As competências da PRF têm seus principais marcos legais na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei 9.503/93 (Código de Trânsito Brasileiro), no Decreto 1.655/95 e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria 1.375/2007 do Senhor Ministro da Justiça, o qual será apresentado no próximo campo – organograma funcional.

Com o advento da Constituição de 1988, a Polícia Rodoviária Federal foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, como aduz o Capítulo III, Item II, Art. 144, caput, inciso II, §2º.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

II - polícia rodoviária federal

...

2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

Sob essa nova ótica, a Polícia Rodoviária Federal passou a ter, também, como missão, parte das responsabilidades do Poder Executivo Federal, para com a segurança pública, além das atribuições normais de prestar segurança aos usuários das vias federais, socorrer as vítimas de acidentes de trânsito, zelar pela proteção do patrimônio da União, entre outras.

No âmbito infraconstitucional, destaca-se a inserção da PRF no artigo 20 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro – CTB, definindo-a como órgão componente do sistema nacional de trânsito e dando as seguintes competências:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;

VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

O Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no DOU de 04 de outubro de 1995, por sua vez, define, amiúde, as competências institucionais da PRF, em particular nos aspectos ligados ao enfrentamento à criminalidade:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

A Lei 9.654, de 2 de junho de 1.998, alterada pela Leis 11.358/2006, 11.784/2008 e 12.775/2012, estabelece as competências funcionais do Policial Rodoviário Federal.

Art. 2º-A. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Carreira de que trata esta Lei, composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, passa a ser estruturada nas seguintes classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do Anexo I-A, observada a correlação disposta no Anexo II-A. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

§ 1º As atribuições gerais das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes: (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

I - Classe Especial: atividades de natureza policial e administrativa, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, coordenação e direção das atividades de correedoria, inteligência e ensino, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em âmbito nacional e internacional, além das atribuições da Primeira Classe; (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

II - Primeira Classe: atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação, capacitação, controle e execução administrativa e operacional, bem como articulação e intercâmbio com outras organizações policiais, em âmbito nacional, além das atribuições da Segunda Classe; (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

III - Segunda Classe: atividades de natureza policial envolvendo a execução e controle administrativo e operacional das atividades inerentes ao cargo, além das atribuições da Terceira Classe; e (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

IV - Terceira Classe: atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

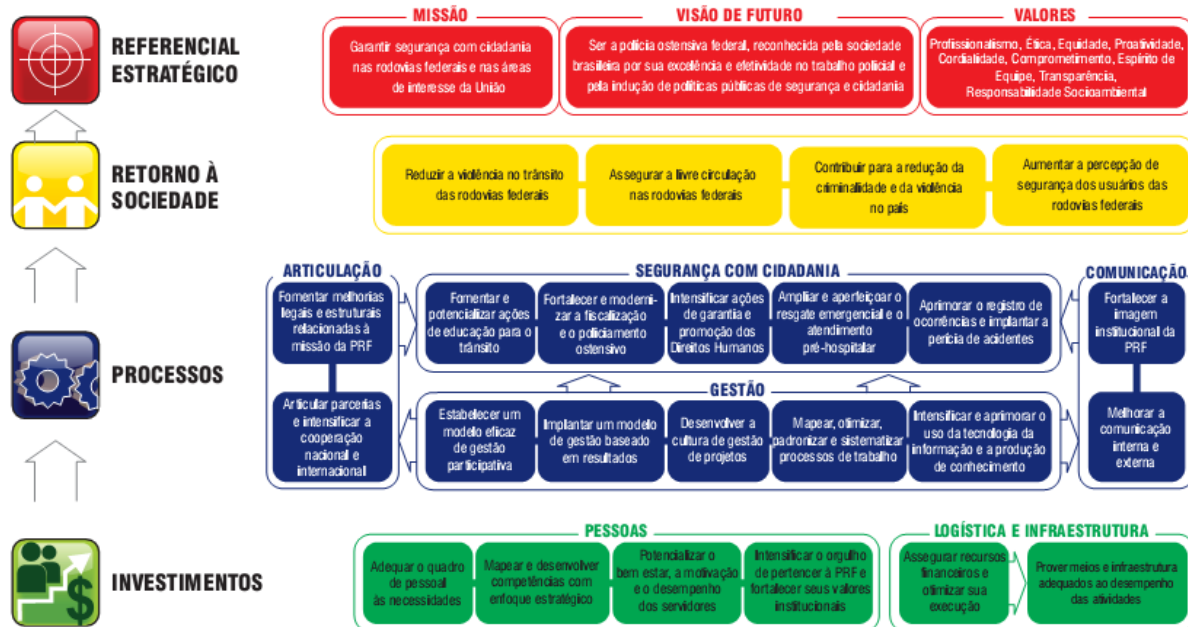
§ 2º As atribuições específicas de cada uma das classes referidas no § 1º serão estabelecidas em ato dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012).

Existem outros diplomas legais que acometem atribuições à PRF. Entretanto, as normas citadas são as que mais traduzem as competências e finalidade da Instituição.

A PRF, historicamente, se dedicou por longas décadas ao policiamento de trânsito. Em sua ação cotidiana pouco se envolvia com operações e ações de combate e enfrentamento a criminalidade. Entretanto, como o passar dos anos e com o aumento da violência, a estrada, antes palco para o escoamento de riquezas e para o exercício do direito constitucional à livre locomoção, passou a servir, também, de suporte logístico para a circulação de criminosos e movimentação de produtos ilícitos.

Esse fato trouxe para o seio da PRF uma nova preocupação, qual seja: preparar-se para o enfrentamento a esses ilícitos, sem descuidar, no entanto, de sua missão histórica de zelar pela segurança e fluidez do trânsito.

O elemento norteador dessas ações, iniciativas, empreendimentos, indicadores e metas é o planejamento estratégico, o qual ainda está em processo de finalização, mas seu mapa já permite o correto posicionamento dos gestores quanto ao emprego dos recursos públicos de forma ordenada e com alvo definido. Eis o mapa.



O Mapa Estratégico da PRF dialoga perfeitamente com os programas de governo. Todas as ações da PRF estão voltadas para o cumprimento do plano estratégico de governo definidos no Plano Plurianual - PPA, desta feita, o PPA 2012-2015. Portanto, o Planejamento Estratégico da PRF, que tem uma cobertura temporal maior que o PPA, a este se submete quando do estabelecimento de Indicadores e Metas a serem cumpridas pela Instituição.

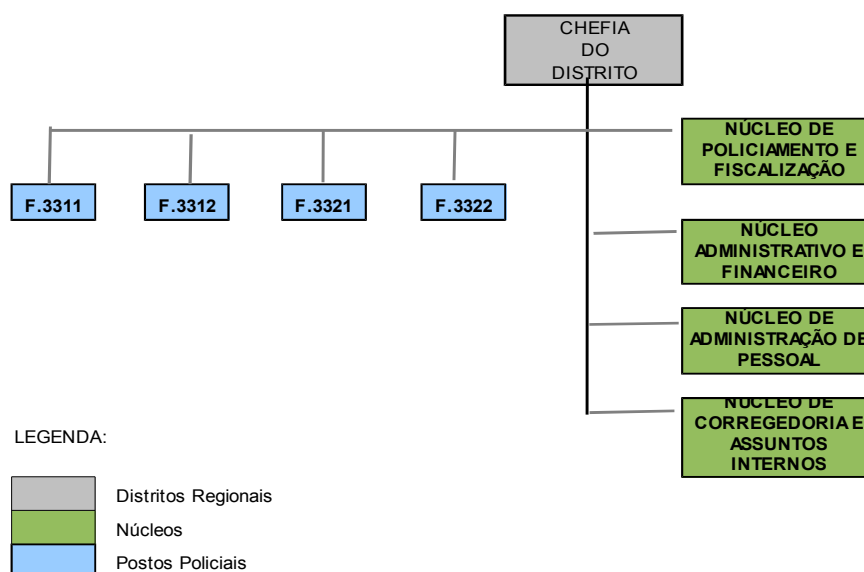
A PRF contribui, principalmente, para o cumprimento do Programa Temático de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania, Programa este vinculado ao Ministério da Justiça. O quadro abaixo demonstra os Objetivos de Governo aos quais as ações da PRF se vinculam expressamente. Como o Programa é Temático e transversal a muitos outros órgãos, nem todas as metas são afetadas exclusivamente à PRF.

OBJETIVOS DE GOVERNO	METAS PRF PPA 2012-2015 – PROGRAMA 2070
0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.	Ampliar de 10,4 milhões para 24 milhões os procedimentos de fiscalização de pessoas; Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteira; Implantar 350 unidades de PNRs nas fronteiras; Implantar 21 UNEFRONS da PRF.; Implantar 66 pontos de monitoramento OCR – Sistema Alerta Brasil; Implantar Sistema de tratamento de dados de Inteligência Policial do DPRF nas fronteiras; Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras.

<p>0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.</p>	<p>Implantar 166 pontos de monitoramento – OCR – Sistema Alerta Brasil; Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da PRF, identificando perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores; Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União; Realizar ações de capacitação dos servidores da PRF, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 h/a de capacitação anual; Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento – PRF.</p>
<p>0832 - Implantar o Plano Nacional de Segurança em Grandes Eventos., dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.</p>	<p>Instalar doze Centros Integrados de Comando e Controle Locais nos Estádios – Cidades Sedes CM 2014; Doze CICC regionais nos Estados sede da CM 2014; Quinze CICC em outros Estados; Um CICC Nacional; Cinquenta e um CICC Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções; Capacitar 5 mil PRFs em ações específicas voltadas para grandes eventos.</p>
<p>0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.</p>	<p>Alcançar com ações de Educação para o Trânsito 1 milhão de pessoas até 2015; Ampliar a parceria com o MS – SAMU Rodoviário; Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais; Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia; Implantar o Centro de Segurança Viária; Implantar CICCs em todas as SRs (monitorar, despachar, controlar as ações operacionais); Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.</p>

2.3 Organograma funcional

A Estrutura Organizacional do Distrito conta com quatro Núcleos e quatro postos de fiscalização. A figura abaixo sintetiza essa estrutura.



O Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, instituído pela Portaria 1.375/2007/MJ, estabelece as atribuições de cada Núcleo que compõe um Distrito Regional.

Ao Chefe do Distrito compete, entre outras ações, planejar, dirigir e coordenar a execução das atividades das respectivas unidades administrativas vinculadas, com observância da legislação em vigor, do disposto neste Regimento Interno e nas diretrizes emanadas pela administração central do Departamento; aprovar planos, programas de trabalho, projetos básicos e termos de referência, elaborados pelas áreas subordinadas, no âmbito de sua atuação, observadas as diretrizes do Departamento; firmar contratos, convênios ou ajustes, cujo objeto esteja relacionado com assuntos de interesse do Departamento, observadas as exigências legais; fornecer informações, sugestões e subsídios para a elaboração da proposta orçamentária e financeira do Departamento; ratificar atos de dispensa e inexistência e homologar os resultados das licitações no âmbito do Distrito Regional; realizar tomadas de contas especial dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário; baixar atos administrativos e de caráter normativo, relacionados com assuntos de competência do Departamento, no âmbito de sua circunscrição; instaurar processo administrativo disciplinar, sindicância administrativa disciplinar e sindicância investigativa, expedir ordem de missão para realização de investigações, assim como aplicar penalidades disciplinares nos limites de suas atribuições; aplicar penalidades administrativas por infração de trânsito, nos termos do artigo 20 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997; orientar os servidores quanto à harmonia, hierarquia e ética profissional no ambiente de trabalho.

Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete, entre outras ações, programar, coordenar e executar as atividades de policiamento e segurança rodoviária, inspeção e fiscalização do trânsito, transporte de pessoas e bens, prevenção e repressão de roubo e furto de veículos e de cargas, identificação e monitoramento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, elaborar estatísticas, transitometria e executar o credenciamento de escoltas; planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais; orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes; propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço; orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança; e colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais.

Ao Núcleo Administrativo e Financeiro compete, entre outras ações, programar, coordenar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações; executar as atividades inerentes às aquisições de materiais e serviços de interesse do Distrito Regional; coordenar e analisar os atos relacionados aos procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades; controlar e executar os recursos recebidos; analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos; e manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários e o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio do Distrito Regional.

Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete, entre outras ações, orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores; auxiliar na realização de estágios, cursos, concursos públicos e outros processos seletivos; instruir os processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações jurídico-legais necessárias à defesa da União; cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas; e prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei.

Ao Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos compete, entre outras ações, planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Distrito Regional, obedecidas as diretrizes correcionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente; acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares, bem como orientar as unidades da Regional na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente; e receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares.

A circunscrição dos postos de fiscalização permaneceu inalterada para o exercício de 2013, no entanto, conforme Portaria nº03/2014-DG, a partir de 03/01/2014 o policiamento e a fiscalização de trânsito dos 100km iniciais da BR-174, no estado de Roraima, voltam a ser de responsabilidade do 5º Distrito. A portaria nº 52, de 24 de junho de 2009, publicada no DOU nº 133, de 15 de julho de 2009, válida para o exercício de 2013, obedece ao quadro a seguir:

Denominação do Posto	UF	BR	Início	Fim	Total
PST01- Posto Manaus	AM	174	0,0	80,0	80,0
PST02- Posto Presidente Figueiredo	AM	174	80,1	254,0	174,0
	RR	174	0,0	100,0	100,0
PST03- Posto Ceasa	AM	319	0,0	1,0	1,0
PST04- Posto Careiro	AM	319	13,0	432,3	419,4
Total de Km sob circunscrição do 3º DRPRF					774,4

2.4 Macroprocessos finalísticos

A Polícia Rodoviária Federal visando a eficácia no cumprimento de sua missão institucional e servir com excelência a sociedade e o Estado brasileiro, na promoção da segurança pública nas rodovias e estradas federais busca diuturnamente aprimorar técnicas, processos e, principalmente, a parceria com o cidadão usuário da rodovia.

Para o alcance de sua missão são descritos os serviços de sua competência e as atividades finalísticas que devem ser executadas para prestação desses serviços, proporcionando clareza e justificativas nas ações a serem desenvolvidas pelos seus servidores, tendo como diretriz a

gestão com foco em resultados e na prestação de serviços com excelência ao cidadão, atendendo as diversas demandas da sociedade.

Esse esforço faz com que a PRF seja reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de políticas públicas de segurança e cidadania. As ações desenvolvidas estão sempre pautadas nos valores adotados pela PRF e que refletem o caráter duradouro da Instituição e de seus colaboradores, quais sejam: Profissionalismo, Ética, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de Equipe, Transparência e Responsabilidade Socioambiental.

Esses serviços promovem diuturnamente a segurança viária, proporcionando conforto e segurança aos usuários das estradas e rodovias federais, por meio da fiscalização e controle para o uso adequado da malha rodoviária de forma a conscientizar os cidadãos e garantir a obediência às normas relativas à segurança do trânsito, prevenindo acidentes e proporcionando melhores condições de trafegabilidade.

Os principais resultados que a Polícia Rodoviária Federal oferece à sociedade são:

- a) Reduzir a Violência no Trânsito das rodovias e estradas federais;
- b) Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais;
- c) Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País;
- d) Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais.

Assim, estão definidos os seguintes macroprocessos finalísticos da Instituição. Todos eles estão vinculados aos Objetivos de Governo (OG) contidos no Programa Temático Segurança Pública com Cidadania (2070) do PPA 2012-2015. Naturalmente, dada a transversalidade dos Programas Temáticos, esses macroprocessos, por vezes, dialogam com outros programas governamentais. Entretanto, para efeito didático só registraremos os OGs do Programa Temático 2070.

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
Macroprocesso 1	ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Cliente	Usuários da rodovia, vítimas envolvidas em acidentes, condutores alvo de fiscalização.
Necessidades Do cliente	Levantamento circunstanciado do acidente, segurança no local de sinistro, resgate de vítimas e apoio ao atendimento pré-hospitalar de urgência, informações para familiares/próximos, auxílio ao usuário da rodovia em situações diversa, análise de defesa da autuação ou recurso de multa, fornecimento de cópia de BAT (Boletim de Acidente de Trânsito), acesso a central de emergência, informações sobre condições da estrada, saúde nas estradas.
Produtos/ Serviços	Sinalização, orientação e segurança do trânsito no local do acidente, serviços de primeiros socorros e remoção, informação sobre ocorrência às pessoas indicadas pelo condutor/vítima, Guarda e remoção de bens (veículo, carga, entre outros), Expedição de BAT, informações estatísticas sobre trafegabilidade e acidentes em rodovias federais, análise de defesas e recursos, comandos de saúde nas rodovias.
Resultados	Garantia de cuidados físicos e patrimoniais, redução de risco de morte, apoio psicossocial em situação crítica, consistência/regularidade/continuidade e assertividade de informações estatísticas para atuação institucional, garantia a ampla defesa e o contraditório.
OG	0833
As defesas das autuações foram e são apresentadas em qualquer Unidade da PRF. Em Sede de defesa da autuação a	

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
<p>análise foi efetuada pelas Comissões de Defesa da Autuação (CADA). Em caso de Recurso por penalidade já imposta, a análise foi efetuada pela Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI). Os demais serviços foram prestados diuturnamente pelas equipes escaladas nos Postos de Fiscalização e em patrulhamento da rodovia. Os BATs foram registrados em Sistema Informatizado (BR Brasil), ficando o interessado de posse do número da ocorrência, com a qual, somada ao número de seu CPF, o habilitou a retirar a partir de 72 horas cópia do BAT em qualquer lugar que tenha acesso a INTERNET. Essas cópias também puderam ser retiradas em qualquer Unidade da PRF. Outro ponto de destaque foram os Comandos de Saúde realizados nas rodovias.</p>	
Macroprocesso 2	CONDIÇÕES DAS RODOVIAS E REGULARIDADE DA FAIXA DE DOMÍNIO.
Cliente	Usuário da rodovia, DNIT e ANTT.
Necessidades Do cliente	Conhecimentos adequados e suficientes para decisões sobre ações corretivas e de resgate das condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais; faixas de domínio das rodovias federais livres de uso inadequado e não autorizado.
Produtos/ Serviços	Informações sobre condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais, serviços de fiscalização, notificação e de apoio à regularização do uso das faixas de domínio.
Resultados	Rodovia livre de poluição visual e construções que coloquem em risco a segurança e fluidez do trânsito.
OG	0833
<p>Além das informações diárias sobre qualquer alteração nas condições de trafegabilidade das rodovias, fato imediatamente comunicado ao órgão rodoviário da União, anualmente é realizado levantamento minucioso das condições dessas vias, cujo relatório é oferecido ao DNIT, de modo a permitir a atualização do sítio daquele órgão na INTERNET. Esse levantamento organizado se faz com o emprego dos Núcleos de Inteligência. As invasões da faixa de domínio foram imediatamente notificadas, procedendo-se ao embargo da obra.</p>	
Macroprocesso 3	CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE ESCOLTA
Cliente	Empresas de escolta de cargas excedentes. Usuário da rodovia.
Necessidades Do cliente	Regularidade e legalidade das atividades de escolta e similares.
Produtos/ Serviços	Autorização para serviços de escolta e similares.
Resultados	Segurança no transporte de cargas excedentes, superdimensionadas ou especiais.
OG	0833
<p>Ainda não foi designada Comissão Regional de Credenciamento de Escolta, pois não existem empresas atuando neste segmento no estado do Amazonas. Quando existe a necessidade de realização de uma escolta na circunscrição da nossa regional, a empresa responsável pela escolta realiza o percurso do início até o seu destino final. Esporadicamente, escoltas de cargas que chegam via fluvial são realizadas pela PRF, mediante prévia solicitação formal.</p>	
Macroprocesso 4	EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
Cliente	Usuários, população linceira às rodovias federais; Instituições de ensino, organizações sociais e agentes multiplicadores e sociedade de modo geral.
Necessidades Do cliente	Conhecimentos sobre legislação, segurança de trânsito e correlatos, entender os riscos que envolvem a prática a direção veicular e perceber a diferença que o comportamento de cada indivíduo faz na segurança da coletividade.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação de trânsito e correlatos, campanhas e palestras educativas sobre o tema, matérias publicadas da mídia com o foco em serviço.
Resultados	Desenvolver no cidadão comportamento adequado para a utilização segura do trânsito.
OG	0833
<p>Foi designada uma Comissão Regional de Educação para o Trânsito, a qual recebe e processa todos os pedidos de palestras, campanhas, comandos educativos. Quanto a informação de caráter geral, foi amplamente utilizado o apoio da mídia (jornais, rádio e TV). Todas as Operações vinculadas à segurança do trânsito foram divulgadas.</p>	
Macroprocesso 5	INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA E ANÁLISE DE RISCOS.
Cliente	Usuários, ABIN, Polícias (Judiciárias e Militares), Ministério Público, Forças Armadas, Secretarias de Segurança Pública, Receitas (Federal e Estadual), Órgãos públicos de controle, Órgãos de imprensa.
Necessidades Do cliente	Conhecimento atualizado para ações estratégicas de segurança pública envolvendo rodovias federais, insumos operacionais e informacionais para abertura de inquérito policial e informações sobre ocorrências com potencial de risco de práticas criminosas, conhecimento de deslocamentos de veículos, pessoas, grupos sociais, entre outros, com riscos potenciais aos usuários das rodovias federais e populações de entorno,

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
	conhecimento sobre fatos e ocorrências de interesse público e social em rodovias federais.
Produtos/ Serviços	Informações de inteligência, informações circunstanciada, serviços de apreensão de suspeitos e de produtos, informações operacionais sobre ocorrências com potencial de risco e sobre movimentações e práticas irregulares ou criminosas em rodovias federais, informações de interesse público sobre acidentes, apreensões, prisões, campanhas e outras ocorrências em rodovias federais.
Resultados	Agilidade e assertividade de informações para decisões de segurança pública com o devido tratamento de sigilo e segurança da informação, legalidade das informações e conhecimentos gerados, preservação de bens, consistência em inquéritos e investigações, preservação da ordem pública, consistência, credibilidade e assertividade de informações para divulgação.
OG	0825, 0830, 0832, 0833
Cada Equipe de serviço no trecho figurou com fonte de informação sobre acontecimentos, prisões, suspeições, monitoramento de veículos, identificação de pessoas, entre outros. Por outro lado, o Núcleo de Inteligência recebeu, tratou essas informações, agregando-as aos acompanhamentos de assuntos de interesse da Instituição e do Sistema de Segurança por si realizados, difundindo esses conhecimentos, bem como recebeu conhecimentos de outros órgãos integrantes do SISBIN. As informações sem necessidade de sigilo, a exemplo de possível interdição de rodovia, são divulgadas a fim de diminuir a surpresa aos usuários da via.	
Macroprocesso 6	FISCALIZAÇÃO, FLUIDEZ E SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
Cliente	Usuários das rodovias federais, população lindeira, sociedade em geral.
Necessidades Do cliente	Trafegar pelas rodovias federais com segurança e fluidez no trânsito.
Produtos/ Serviços	Serviços de fiscalização, orientação e sinalização de trânsito nas rodovias federais.
Resultados	Segurança e fluidez do trânsito (redução da violência no trânsito).
OG	0833
A fiscalização do trânsito foi fator primordial para a prevenção de ocorrência de acidentes. Para tanto foi estabelecido metas de fiscalização, cartão programa nas operações nacionais e regionais, comando de fiscalização, operações em datas especiais (feriados e finais de semana prolongados).	
Macroprocesso 7	ESCOLTA E BATEDOR.
Cliente	Usuários, Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, Poder Judiciário.
Necessidades Do cliente	Apoio em operações de segurança do Presidente da República e outras autoridades, Apoio para deslocamentos de comboios e cargas militares, segurança de dignitários.
Produtos/ Serviços	Serviços de Segurança, meios e efetivos para apoio operacional especializado, Serviço de escolta e batedor;
Resultados	Segurança de dignitários nos deslocamentos rodoviários, segurança e proteção em deslocamentos de cargas, comboios e contingentes militares, bem como de cargas especiais que exijam a presença da PRF.
OG	0833
Não houve visita de dignitários ao nosso estado em que a nossa circunscrição fosse utilizada.	
Macroprocesso 8	OPERAÇÕES DE COMBATE AO CRIME
Cliente	Condutores de veículos, pedestres, passageiros, transportadores de passageiros e cargas, população da circunvizinhança das rodovias federais, vítimas de acidentes e crimes, proprietários de veículos acidentados, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Judiciárias, Polícias Militares, Receitas (Federal e Estadual), ANTT, DNIT, Vigilância Sanitária, sociedade em geral.
Necessidades Do cliente	Prevenção de crimes e segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais, apoio operacional circunstancial para abordagens, fiscalizações, cumprimento de mandados, diligências e outras situações similares, segurança para a realização de grandes eventos.
Produtos/ Serviços	Apoio e proteção pessoal e patrimonial, fiscalização/policiamento ostensivo das rodovias federais, serviços de segurança para diligências e abordagens operacionais de controle, fiscalização, enfrentamento ao furto e roubo de veículos, roubo de cargas, assalto a ônibus, tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, crimes fiscais, ambientais e sanitários, bem como contra a dignidade humana (trabalho em situação análoga à escravidão, tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes).
Resultados	Segurança pessoal e patrimonial quando em trânsito em rodovias federais e

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
	fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e crimes contra a dignidade da pessoa humana.
OG	0825; 0832; 0833
	Foram realizadas diversas Operações com o foco no enfrentamento à criminalidade (Operação Sentinela). Esse enfrentamento também permeia a atividade das equipes com atividade diárias nas escalas de serviço, pois é não raro, a atividade rotineira de fiscalização retirar criminosos de circulação.
Macroprocesso 9	FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS.
Cliente	Condutores e passageiros de veículos em viagem, transportadores de passageiros e cargas, usuários da rodovia.
Necessidades Do cliente	Conhecimento básico sobre normas de transporte, condições das rodovias, rotas de viagem, distâncias e localização de cidades e pontos turísticos, linhas, horários e itinerários de ônibus.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação, trafegabilidade, distâncias e rotas de viagem, localização de cidades e pontos turísticos, horários e itinerários de linhas de ônibus, fiscalização das dimensões e peso dos veículos de carga, fiscalização do transporte de produtos perigosos, fiscalização do transporte coletivo de passageiros.
Resultados	Viagem segura para os passageiros do transporte coletivo, adequação do transporte de produtos perigosos, redução de danos a vias por excesso de peso.
OG	0825; 0833.
	A fiscalização do transporte de carga integrou as ações diárias de trabalho, mas o transporte de passageiros que exige uma quantitativo maior de policiais foi realizado eventualmente em parceria com ANTT.
Macroprocesso 10	COMANDO E CONTROLE.
Cliente	Usuários da rodovia, população lindeira, sociedade em geral
Necessidades Do cliente	Atendimento otimizado de ocorrências (menor tempo de resposta), contato de emergência, presença e disponibilidade do policiamento ostensivo.
Produtos/ Serviços	Acompanhamento e controle centralizado do atendimento das ocorrências, atendimento a chamadas de emergência, acionamento otimizados das equipes em campo, acompanhamento dos Indicadores e Metas.
Resultados	Otimização dos atendimentos aos chamados de emergência, diminuição do tempo de resposta, fortalecimento da prevenção por meio presença e intervenção do policiamento nos pontos previamente definido.
OG	0825; 0833.
	As ações de comando e controle foram realizadas pela Seção de Policiamento por meio da CIOP – Central de Informações Operacionais, a qual atendeu os chamados de emergência, acionando as equipes em campo para o atendimento. A vertente de comando e controle foi realizado aquém do potencial, vez que já está disponível o monitoramento georreferenciado das viaturas. Esta é uma oportunidade de melhoria para o exercício 2013.

Esse dez macroprocessos obedecem aos quatro eixos de atuação da PRF: atendimento ao usuário da via, fiscalização de trânsito, educação para o trânsito e enfrentamento à criminalidade. Restou evidenciado que o principal mecanismo para a execução dessas tarefas é o policiamento ostensivo. Para a cobertura da malha viária da Regional em serviço de patrulhamento foram percorridos 310.432 quilômetros.

O policiamento ostensivo está equilibrado em quatro vertentes, são elas: a visibilidade, a disponibilidade, a pronta-intervenção e o monitoramento e controle viário. Todos os macroprocessos finalísticos, bem como os macroprocessos de apoio que veremos a seguir trabalham para que essa tarefa seja desempenhada a contento.

2.5 Macroprocessos de apoio

O quadro abaixo apresenta os quatro principais macroprocessos de apoio da Instituição. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, com foi sua condução por esta UJ.

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
Macroprocesso 1	DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL.
Cliente	Servidores policiais e do quadro de apoio
Necessidades Do cliente	Capacitação continuada, acompanhamento de saúde, concessão de benefícios, progressão funcional.
Produtos/ Serviços	Serviços de capacitação, saúde, perícias médicas, recepção de demanda por concessão de benefícios, análise de direitos, administração de pessoal, geração de folha de pagamento.
Resultados	Servidor em condições globais de prestar o melhor serviço à sociedade
OG	0825, 0830, 0833.
Os trabalhos de análise das demandas por concessão de benefícios e administração de pessoal, bem como a geração e controle da folha de pagamento caminhou na rotina que lhe é peculiar. O Projeto Patrulha da Saúde buscou verificar a condição de saúde dos servidores e os estimular a práticas saudáveis de alimentação e atividade física. A capacitação restou prejudicada pelo baixo volume de recursos disponibilizados, vez que a Sede Central empenhou muitos recursos e esforços para formação do contingente novo formado no exercício.	
Macroprocesso 2	APOIO LOGÍSTICO.
Cliente	Principalmente a Atividade Finalística.
Necessidades Do cliente	Manutenção de viaturas, equipamentos (radares, bafômetros, rádios, armamento, etc.), abastecimento da frota, aferição de equipamentos, manutenção (limpeza e conservação das estruturas físicas).
Produtos/ Serviços	Viaturas mantidas e abastecidas, equipamentos mantidos, calibrados e aferidos.
Resultados	Frota e equipamentos em condições de serem empregados no patrulhamento e fiscalização.
OG	0825, 0830, 0833.
O abastecimento foi feito por meio do contrato nacional com a TICKET CAR, ficando um servidor da Regional responsável pelo controle desse abastecimento. Os equipamentos que necessitam de manutenção, calibração e aferição, em especial os etilômetros, foram alvos de contratos específicos de acordo com a demanda apresentada. Esteve vigente durante todo o ano contrato de limpeza e conservação das instalações físicas e vigilância dos postos de fiscalização que estavam desativados e da Sede do Distrito. O contrato de gerenciamento e fornecimento de abastecimento com a empresa TICKET CAR, que contaria com 60 meses em 2013, foi renovado em caráter excepcional, com a devida anuência da AGU, devido à licitação para contratação de empresa de abastecimento em âmbito nacional pretendida pelo Departamento ter sofrido atraso.	
Macroprocesso 3	INFRAESTRUTURA FÍSICA E SERVIÇOS DE TIC.
Cliente	Servidores do órgão e usuários que buscam os serviços da PRF.
Necessidades Do cliente	Instalações físicas adequadas para a realização das atividades diárias e para o atendimento ao público, serviço de transmissão de dados e voz disponível e com qualidade, cobertura de sinal de rádio, funcionamento e acesso aos sistemas informatizados corporativos.
Produtos/ Serviços	Consultas a sistemas, transmissão e recepção de informação, contatos de voz, recebimento de chamadas de emergência por telefonia gratuita para o usuário.
Resultados	Ambiente adequado para o cumprimento da missão, dotado de capacidade de prover comunicação por dados e voz com o público interno e externo.
OG	0825, 0830, 0833.
O serviço de telecomunicação continua bastante precário, e não foram feitas manutenções devido à previsão de implantação da radiocomunicação digital, por intermédio do Projeto LANDEL. Tendo em vista o atraso no cronograma da execução do referido projeto e a necessidade da melhoria do sistema de radiocomunicação existente, foi contratada a Empresa FASA para manter o sistema de rádio analógico local, como forma de mitigar os problemas decorrentes da comunicação ineficiente.	
Macroprocesso 4	CORREIÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA.
Cliente	Esse macroprocesso está no limiar entre o finalístico e o meio, pois o maior beneficiado por ele é o cidadão-usuário. Entretanto, neste caso, o classificamos como meio e delimitamos a clientela como servidores do órgão, pois a todos interessam trabalharem em um Instituição sadia, livre de vícios que desabone sua imagem.
Necessidades Do cliente	Cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentos, trabalhar em um ambiente onde a sua conduta seja buscada e apoiada, orgulhar de pertencer a uma Instituição sólida e respeitada pela sociedade, onde grassa o respeito mútuo e a disciplina consciente.
Produtos/ Serviços	Fomentar ambiente de trabalho que privilegie a boa conduta, a disciplina, respeito mútuo e zelo pela coisa pública.
Resultados	Orgulho de pertencer a uma Instituição admirada e respeitada pelo cidadão.
OG	0825, 0830, 0833.
Ao longo do ano foram realizadas diversas ações preventivas, quais sejam: Inspeções Correicionais, por parte da	

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO

Corregedoria Regional, e Avaliações Gerenciais de Serviço, por parte do Policiamento e Fiscalização, nos postos da regional, durante as Operações de grande vulto, visando minimizar ações de caráter disciplinar.

2.6 Principais parceiros

O trabalho da PRF, regra geral, sempre conta com a parceria de outros órgãos. Senão vejamos. No campo do combate à criminalidade, o ciclo de polícia no Brasil é incompleto. Temos a Polícia Ostensiva e a Polícia Judiciária. Assim, nenhum criminoso chega ao tribunal, mesmo encontrado em situação de flagrância pela PRF, sem passar pela Polícia Judiciária. Esse trabalho se completa com a participação do Ministério Público e, por último, com o julgamento pelo Poder Judiciário.

No dia-a-dia da estrada, a PRF tem dois parceiros institucionais que com ela divide a mesma circunscrição: o DNIT e a ANTT. Com esses dois órgãos existem termos de cooperação celebrado em sede de suas Direções-Gerais. Do mesmo modo existe Convênio celebrado entre o DPRF e a Procuradoria-Geral do Ministério Público do Trabalho com o objeto de melhorar o enfrentamento à exploração de trabalhadores.

Existe outra Cooperação Técnica em nível nacional que é o Convênio com o SEST/SENAST, cujo objeto é a realização dos Comandos de Saúde nas rodovias, tendo como principal alvo os motoristas profissionais.

Nas Operações mais relevantes do estado, mesmo sem a celebração formal de Acordo de Cooperação, a Polícia Civil é convidada a instalar nas dependências do Posto Manaus, uma Delegacia do Interior para dar celeridade ao registro das ocorrências encaminhadas. Da mesma forma, o Corpo de Bombeiros Militar nos auxilia no socorro às vítimas de acidente de trânsito presas às ferragens, por ser especialidade daquele órgão o desencarceramento dos acidentados.

Após alguns meses de tratativas, PRF e DETRAN-AM celebraram, no início do mês de fevereiro do ano passado, Convênio para a realização de remoção, guarda, vigilância e leilão de veículos retidos e apreendidos pela PRF, ao longo das rodovias federais do estado.

Nas operações mais importantes, tais como: Carnaval e Festa do Cupuaçu a parceria de trabalho conjunto firmado com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU tem possibilitado a prestação de um serviço de excelência, no socorro às vítimas de acidentes de trânsito, na BR- 174.

3 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1 Planejamento da unidade

Neste tópico e em seus subtópicos será revisitado o planejamento estratégico da Instituição, estratégias, metas e planos de ação a fim de atingir os objetivos institucionais e de governo.

O Planejamento estratégico da PRF compreende o período 2012-2020 e foi elaborado no mais alto nível de comando, ou seja, na Direção-Geral. Dele descortinam-se os planejamentos em nível tático pelas diversas áreas da administração central.

Às Unidades Desconcentradas, caso deste Distrito Regional, cabe à elaboração do planejamento em nível operacional, observando as diretrizes definidas pelas áreas da Direção-Geral.

O Planejamento Estratégico da PRF definiu a declaração de missão, visão de futuro e valores da Instituição.

Missão: GARANTIR SEGURANÇA COM CIDADANIA NAS RODOVIAS FEDERAIS E NAS ÁREAS DE INTERESSE DA UNIÃO.

Visão de futuro: SER A POLÍCIA OSTENSIVA DA UNIÃO, RECONHECIDA PELA SOCIEDADE POR SUA EXCELÊNCIA E EFETIVIDADE NO TRABALHO POLICIAL E NA INDUÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA E CIDADANIA.

O planejamento estratégico da PRF também sinalizou no sentido de intensificar o orgulho de pertencer à Instituição e fortalecer os valores institucionais de **PROFISSIONALISMO, ÉTICA, EQUIDADE, PROATIVIDADE, CORDIALIDADE, COMPROMETIMENTO, ESPÍRITO DE EQUIPE, TRANSPARÊNCIA e RESPONSABILIDADE SOCIAL.**

Como restou demonstrado nos itens anteriores, o Planejamento Estratégico da PRF está totalmente vinculado às suas competências institucionais, bem como ao Plano Plurianual – PPA 2012-2015. Todos os macroprocessos da Instituição estão totalmente vinculados aos Objetivos de Governo do PPA.

a. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O planejamento das ações da unidade tem por base a Instrução de Serviço nº 01, de 02/01/2013. Nela restaram definidos os Indicadores e Metas de procedimentos de fiscalização para esta UJ.

INDICADOR	Pessoas abrangidas por ações de Educação para o Trânsito	Procedimentos de Fiscalização		
		Veículos Fiscalizados	Pessoas Fiscalizadas	Teste com Etilômetro
PREVISTO	2.004	40.200	40.200	10.848

Para perseguir as metas de Procedimentos de Fiscalização definidas, a mesma foi desdobrada igualmente entre as quatro unidades operacionais da regional, quais sejam: Posto Manaus, Posto Presidente Figueiredo, Posto Ceasa e Posto Careiro distribuídas igualmente entre os policiais de serviço nesses postos.

Essa distribuição, pelos quatro postos, só iniciou no mês de fevereiro de 2013, após a chegada dos policiais egressos da 2ª Turma do Curso de Formação Profissional quando foi possível reativar os postos Presidente Figueiredo e Careiro que encontravam-se desativados desde 2009, em virtude do reduzido efetivo policial disponível. No entanto, a recomposição do efetivo ficou muito aquém das necessidades desta unidade.

Visando atingir as metas de pessoas abrangidas pela Educação para o Trânsito foi implantado no mês de Julho do ano passado, o projeto denominado CINEMA RODOVIÁRIO, que utiliza vídeos para sensibilizar os usuários das rodovias federais sobre a necessidade de adotar condutas éticas e seguras no trânsito. Apesar do grande potencial que essa iniciativa evidencia para

o fomento de mudanças de atitudes no trânsito e a conseqüente redução do números de acidente, padece, como as demais atividades deste Distrito Regional, de dificuldades de pessoal.

A Instrução de Serviço nº 01/2013 não faz referência às Taxas de Acidentalidade e de Mortalidade como Indicadores, tampouco estabelece metas para nortear os trabalhos da Regional diferentemente da Instrução de Serviço nº 04/2011 que assim o fez para o ano de 2012. No entanto, por considerarmos de grande importância, permanecemos para o exercício de 2013, realizando criterioso acompanhamento das causas dos acidentes, dia, local e horários mais comuns de ocorrências, utilizando o SIGER/DPRF – Sistema de Informações Gerenciais, os quais somados aos fatores críticos de acidentes orientaram o planejamento das ações de policiamento.

Esse planejamento é difundido ao efetivo por meio de Cartão-Programa de Policiamento, onde a chefia do Núcleo de Policiamento faz constar os itinerários de patrulhamento, pontos de parada e abordagens e as metas a serem realizadas ao longo do dia e do trecho. Para cumprimento do Cartão-Programa é necessário quantitativo mínimo de policiais atuando diariamente nos postos e devido ao reduzido efetivo disponível na regional, mesmo após a recomposição, o mesmo só foi aplicado nas operações em que ocorreu o reforço de policiamento.

Além desse planejamento, têm-se também as Operações de calendário – feriados e festas nacionais. Essas Operações têm por objetivo reforçar o policiamento e diminuir os riscos de acidentes potencializado pelo aumento do fluxo de veículos e pessoas nas rodovias, por ocasião dessas datas comemorativas.

OPERAÇÕES NACIONAIS	PERÍODO		HORÁRIO / DIA	
	INÍCIO	TÉRMINO	00h00	24h00
CARNAVAL	08/02/13	13/02/13	SEXTA-FEIRA À QUARTA-FEIRA	
1º COMANDO DE SAÚDE	20/03/13	20/03/13	QUARTA-FEIRA	
SEMANA SANTA	28/03/13	31/03/13	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
2º COMANDO DE SAÚDE	15/05/13	15/05/13	QUARTA-FEIRA	
ENFRENTAMENTO AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	17/05/13	19/05/13	SEXTA-FEIRA À DOMINGO	
COPA DAS CONFEDERAÇÕES (1)	15/06/13	30/06/13	SÁBADO À DOMINGO	
CORPUS CHRISTI	29/05/13	02/06/13	QUARTA-FEIRA À DOMINGO	
PRÉ-JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE (2)	16/07/13	20/07/13	TERÇA-FEIRA À SÁBADO	
JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE (3)	23/07/13	28/07/13	TERÇA-FEIRA À DOMINGO	
3º COMANDO DE SAÚDE	14/08/13	14/08/13	QUARTA-FEIRA	
SEMANA NACIONAL DO TRÂNSITO	18/09/13	25/09/13	QUARTA-FEIRA A QUARTA-FEIRA	
NOSSA SENHORA APARECIDA	11/10/13	13/10/13	SEXTA-FEIRA À DOMINGO	
4º COMANDO DE SAÚDE	23/10/13	23/10/13	QUARTA-FEIRA	
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	14/11/13	17/11/13	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
FIM DE ANO	20/12/13	05/01/14	SEXTA-FEIRA À DOMINGO	

Além desse calendário houve também a previsão de ações diferenciadas para os eventos regionais de maior importância, quais sejam: Festa do Cupuaçu e AGROPEC.

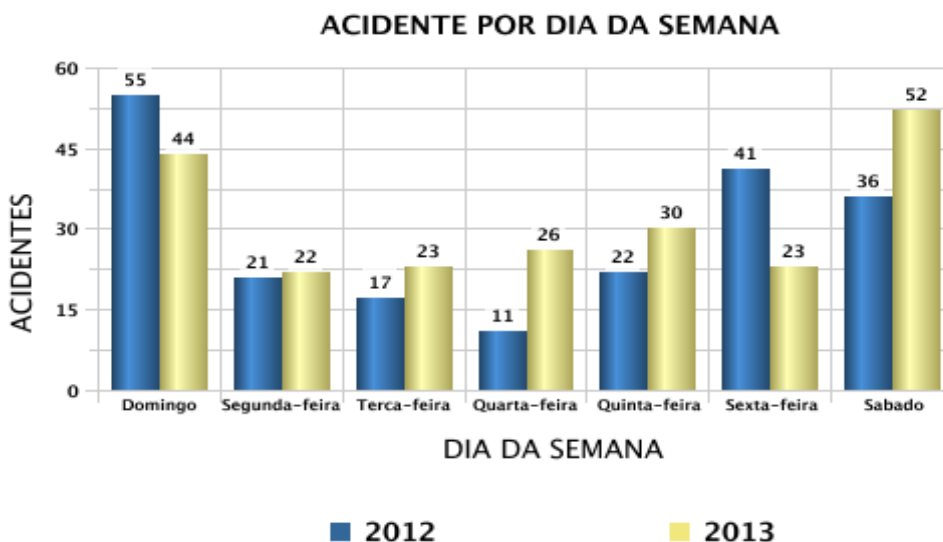
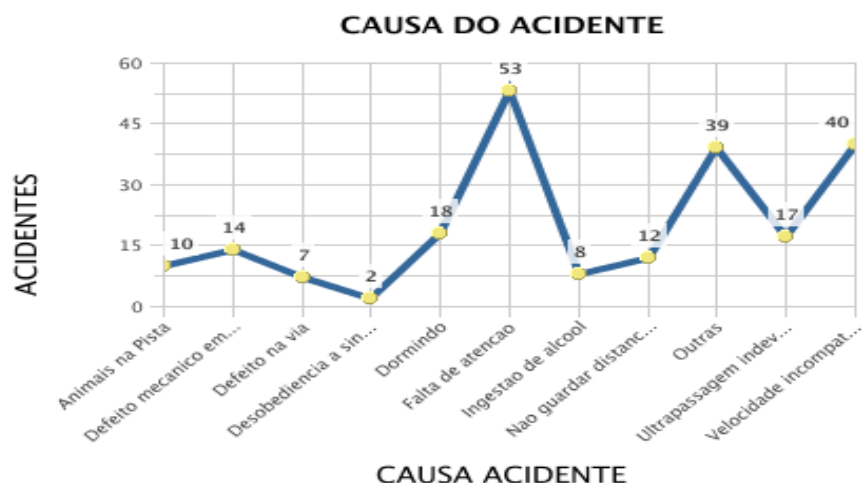
O enfrentamento à criminalidade foi planejado em consonância com a Divisão de Combate ao Crime e realizado por meio das operações de combate aos crimes fiscais e de saúde pública, denominada OTEFIS e operações de combate aos crimes transfronteiriços, denominadas Sentinela.

b. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Muitos são os fatores de risco associados aos acidentes, que raramente ocorrem em decorrência de uma única causa, sendo uma realidade o acidente ocorrer em decorrência de duas ou mais causas concomitantes, o que os tornam muito complexos.

No entanto, a definição dos dias, locais, horários e causas mais comuns de acidentes possibilitou concentrar esforços nos pontos críticos na tentativa de minimizar a ocorrência dos mesmos. A fiscalização rigorosa focada nesses locais e horários foi a tônica da atividade finalística voltada para a segurança no trânsito no exercício.

Os gráficos a seguir mostram a causa mais comum de acidente (falta de atenção) e os dias da semana (sábado e domingo) que eles mais ocorrem.



O gráfico abaixo mostra os horários mais críticos.



Aliada a essa fiscalização, foi utilizada estratégia de manter intenso diálogo com a imprensa na tentativa de conscientizar os usuários das rodovias amazonenses da necessidade de se adotar postura mais defensiva no trânsito.

A Educação para o Trânsito é outra aliada na luta pela minimização da violência no trânsito e foi realizada a partir da metodologia do Cinema Rodoviário, dividido em Comandos de Fiscalização e Educação para o Trânsito e, palestras em empresas e escolas. Acerca destas, destaca-se, a parceria com as secretarias de educação das cidades de Manaus e de Presidente Figueiredo, sensibilizando gestores, professores e alunos das escolas municipais sobre a importância da discussão no cotidiano escolar do tema “Ética e Cidadania no Trânsito”. Em Presidente Figueiredo as atividades abrangeram também taxistas, mototaxistas, e condutores do transporte de escolares.

Considerando a histórica dificuldade desta UJ com relação à manutenção/reposição do efetivo policial, ressalta-se a relevância da participação de servidores do 5º Distrito Regional no Cinema Rodoviário durante a Operação Independência, fato que possibilitou a sensibilização de expressivo número de usuários (914 pessoas) da BR 174 naquele feriado, sem prejuízo a outras atividades do 3º Distrito.

Na outra vertente, estrategicamente, cada abordagem foi encarada como uma oportunidade de interagir com os usuários a fim conduzi-los à reflexão e consequente mudança de comportamento. Embora haja autuações sem abordagem, a prioridade sempre foi a da abordagem, do contato da Instituição com o cidadão, o qual, longe de ser um infrator a ser perseguido, foi encarado como um potencial parceiro na promoção de um trânsito mais seguro.

No campo do enfrentamento à criminalidade, após a recomposição do efetivo foi possível mobilizar todas as equipes dos Postos e intensificar a fiscalização direcionada ao combate ao crime, que produziu bons resultados.

c. Execução do Plano de Metas ou de Ações

Para o ano de 2013, estavam previstas no Planejamento Operacional 38 (trinta e oito) operações, sendo que 09 (nove) não foram realizadas, por razões diversas, tais como: o reduzido

efetivo operacional disponível e a falta de recursos financeiros para realização das Operações Temáticas de Fiscalização de Identificação Veicular e de Combate ao Narcotráfico. No entanto, outras 10 (dez) operações foram adicionadas devido à necessidade e importância. Podemos citar as Operações Sentinela I, II, III, IV e V realizadas nas rodovias federais das regiões da fronteira oeste do Brasil, focada no combate aos crimes transfronteiriços e a Operação Copa das Confederações, realizada em seis cidades brasileiras, voltada a garantir a segurança dos usuários das rodovias durante a realização deste evento esportivo de projeção internacional.

N	OPERAÇÃO	PROGRAMADA		NÃO PROGRAMADA		SITUAÇÃO
		INÍCIO	TÉRMINO	INÍCIO	TÉRMINO	
1	Presença I	04/01/13	04/01/13	-	-	Realizada
2	Presença II	11/01/13	11/01/13	-	-	Realizada
3	Presença III	18/01/13	18/01/13	-	-	Realizada
3	Presença IV	25/01/13	25/01/13	-	-	Realizada
4	Sentinela I	-	-	30/01/13	01/03/13	Realizada
5	Presença V	01/02/13	01/02/13	-	-	Realizada
6	Carnaval	08/02/13	13/02/13	-	-	Realizada
7	Sentinela II	-	-	05/03/13	20/03/13	Realizada
8	OTEFIS	14/03/13	27/03/13			Realizada
9	Semana Santa	28/03/13	31/03/13	-	-	Realizada
10	Carga Pesada	08/04/13	12/04/13	-	-	Não Realizada
11	Sentinela III	-	-	07/04/13	24/04/13	Realizada
12	1º Comando de Saúde nas Rodovias	10/04/13	10/04/13	-	-	Realizada
13	Operação Conjunta PRF - ANTT	-	-	22/04/13	26/04/13	Realizada
14	Sentinela IV	-	-	08/05/13	25/05/13	Realizada
15	2º Comando de Saúde nas Rodovias	15/05/13	15/05/13	-	-	Realizada
16	Anjos da Guarda 2013	18/05/13	19/05/13	-	-	Não Realizada
17	Cupuaçu	29/05/13	02/06/13	-	-	Realizada
18	Corpus Christi	29/05/13	02/06/13	-	-	Realizada
19	Carga Perigosa	24/06/13	28/06/13	-	-	Não Realizada
20	Copa das Confederações	-	-	06/06/13	02/07/13	Realizada
21	Presença VI	05/07/13	05/07/13	-	-	Não Realizada
22	Presença VII	12/07/13	12/07/13	-	-	Não Realizada
23	3º Comando de Saúde nas Rodovias	14/08/13	14/08/13			Realizada
24	Presença VIII	19/07/13	19/07/13	-	-	Realizada
25	Presença IX	26/07/13	26/07/13	-	-	Realizada
26	Cinema Rodoviário - Implantação	29/07/13	29/07/13	-	-	Realizada
27	Cinema Rodoviário - Implantação	30/07/13	30/07/13	-	-	Realizada
28	OTOIVEIC	12/08/13	16/08/13	-	-	Não Realizada
29	Operação MARUAGA	-	-	14/08/13	16/08/13	Realizada
30	Cinema Rodoviário - Manaus	23/08/13	23/08/13	-	-	Realizada
31	Cinema Rodoviário - Manaus	24/08/13	24/08/13	-	-	Realizada
32	AMAZONAS	04/09/13	08/09/13	-	-	Realizada
33	Cinema Rodoviário - Independência	05/09/13	08/09/13	-	-	Realizada
34	AGROPEC 2013	04/09/13	08/09/13	-	-	Realizada
35	EPL	-	-	26/09/13	02/10/13	Realizada

36	Amazonas Rock	-	-	04/10/13	07/10/13	Realizada
37	N.S. Aparecida	11/10/13	13/10/13	-	-	Realizada
38	Cinema Rodoviário - Manaus	22/10/13	23/10/13	-	-	Realizada
39	Parabéns Manaus	24/10/13	27/10/13	-	-	Realizada
40	Boa Viagem	28/10/13	01/11/13	-	-	Não Realizada
41	4º Comando de Saúde nas Rodovias	06/11/13	06/11/13	-	-	Realizada
42	Finados	01/11/13	03/11/13	-	-	Não Realizada
43	Festa do Leite	09/11/13	10/11/13	-	-	Realizada
44	Sentinela V	-	-	10/11/13	02/12/13	Realizada
45	Proclamação da República	14/11/13	20/11/13	-	-	Realizada
46	OTENARCO	02/12/13	06/12/13	-	-	Não Realizada
47	Fim de Ano	21/12/13	01/01/14	-	-	Realizada
48	Rodovida	13/12/13	31/12/13	-	-	Realizada

O quadro seguinte demonstra o percentual atingido das metas estabelecidas na Instrução de Serviço nº 01/2013, de 02/01/2013.

INDICADOR	Pessoas abrangidas por ações de Educação para o Trânsito	Procedimentos de Fiscalização		
		Veículos Fiscalizados	Pessoas Fiscalizadas	Teste com Etilômetro
PREVISTO	2.004	40.200	40.200	10.848
ALCANÇADO	6.586	62.002	63.095	10.286
Percentual de atingimento (%)	328,6	154,23	156,95	94,81

Fonte dos dados: NUEST – Divisão de Planejamento Operacional.

Quanto aos procedimentos de fiscalização, superamos em mais de 50% a meta estabelecida para veículos e pessoas a serem fiscalizados, mesmo não ocorrendo a implantação do projeto LANDEL, como previsto, o qual visa melhorar a cobertura de radiocomunicação em todo o estado, por meio da substituição da atual tecnologia analógica por rádios digitais, devendo-se creditar o bom resultado alcançado, à recomposição do efetivo. Não foi atingida a meta estabelecida para Testes com Etilômetro, por uma diferença de 5,19%, em virtude da quantidade de etilômetros disponíveis para a realização dos testes, pois os mesmos tem apresentado muitos defeitos em decorrência do tempo de uso, estando indisponíveis grande parte do tempo, pois somente podem ser utilizados se devidamente aferidos.

Quanto ao número de pessoas abrangidas pela Educação para o Trânsito o bom resultado se deve às ações do Cinema Rodoviário que permite maior abrangência e melhores resultados, principalmente quando realizado nas operações de maior importância do estado e o apoio prestado por policiais oriundos do estado de Roraima.

Apesar de não mais figurar como um indicador no ano de 2013, como dito anteriormente, a **Taxa de Variação de Acidentes**, devido sua importância, permanece em acompanhamento. No ano passado, registramos a marca de 2,78 acidentes por 1.000.000 de veículos da Frota Nacional, enquanto no ano de 2012 a marca atingida foi de 2,84. Resultado que representa redução da ordem de 2,11%, em relação ao ano anterior. Em números absolutos, comparando o resultado de 2013, com o ano imediatamente anterior houve um aumento de 5,26%.

TIPO DE ACIDENTE	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Comparação 2012/2013
Acidente com ferido	67	73	107	92	86	89	3,48
Acidente com morto	7	7	13	23	18	9	-50,00

Acidente sem vítimas	102	101	103	114	92	117	27,17
Ignorado	0	3	7	9	13	5	-61,53
Total	176	184	230	238	209	220	5,26

Obs: Os dados apresentados referentes aos anos de 2008 e 2009 foram extraídos do sistema Rod-on-line e os referentes aos anos de 2010 a 2013 foram extraídos do sistema SIGER.

Faz-se necessário esclarecer a razão de os acidentes, em números absolutos, apontarem uma alta de 5,26% enquanto que, em termos relativos à Frota Nacional (Taxa de Acidentalidade), esse número demonstra uma queda de 2,11%. Esse fenômeno se verifica, porque em números absolutos, o número de referência é a quantidade de acidentes registrados no ano anterior, que é fixo, enquanto que, em números relativos, o número de referência é a frota brasileira de veículos registrados pelos DETRAN's, sempre crescente.

Outro ponto que merece comentário, trata-se do aumento do número de acidentes em números absolutos. Como dito anteriormente, a recomposição do efetivo, ocorrida com a chegada dos policiais egressos da 2ª Turma do Curso de Formação Profissional, no início de 2013, possibilitou, ao mesmo tempo: reativar os postos Presidente Figueiredo, localizado na BR-174, km 126 e Careiro, localizado na BR-319, km 13, do outro lado do Rio Amazonas; disponibilizar os serviços prestados pela PRF, nessas localidades, em menor tempo e melhor qualidade e, por último, reduzir a subnotificação de registro de acidentes. A subnotificação existe, em virtude do desinteresse dos envolvidos em registrar os acidentes que causam apenas, pequenos danos materiais nos veículos.

Quanto à Taxa de Mortalidade, registramos, no ano de 2013, a marca de 0,18 mortos por 1.000.000 de veículos da Frota Nacional, enquanto que no ano de 2012 a marca atingida foi de 0,270, ou seja, redução de 33,33%. Em números absolutos, quando comparamos o resultado de 2013, com o ano imediatamente anterior podemos verificar que houve queda de 30%.

Tanto em termos de Taxa quanto em números absolutos os resultados apontam queda da ordem de 30%. Esses resultados coroam de êxito o planejamento operacional bem elaborado e o empenho despendido por cada policial rodoviário federal na luta pela redução da violência no trânsito.

VÍTIMAS DE ACIDENTE	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Comparação 2012/2013 (%)
Mortos	9	11	17	33	20	14	-30,00
Feridos	158	164	217	280	206	169	-17,96
Total	0	167	234	313	226	183	-19,02

Obs: Os dados apresentados referentes aos anos de 2008 e 2009 foram extraídos do sistema Rod-on-line e os referentes aos anos de 2010 a 2013 foram extraídos do sistema SIGER.

As intervenções culminaram em um expressivo número de realizações, tanto na fiscalização de trânsito quanto no combate à criminalidade. Esses números são fruto das operações especiais realizadas e do trabalho diuturno das equipes de plantão.

FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO						
PROCEDIMENTOS	2009	2010	2011	2012	2013	Comparação 2012/2013 (%)
Notificações	7.258	5.241	7.490	10.528	17.379	65,07
Recolhimento de Documentos	1.470	1.197	1.657	2.163	4.225	95,33
Recolhimento de CNH	204	236	279	291	422	45,01
Veículos retidos	380	400	672	732	906	23,77
Auxílio a usuário	237	113	95	153	371	142,48

Escolta e batedor	7	3	9	38	6	-84,21
-------------------	---	---	---	----	---	--------

Fonte: Rod-on-Line

COMBATE À CRIMINALIDADE						
OCORRÊNCIA	2009	2010	2011	2012	2013	Comparação 2012/2013 (%)
Pessoa detida	184	137	185	160	212	32,5
Droga: Cocaína, maconha, etc. (g)	75	5.300	2.084	825	3.035	267,87
Animais silvestres	36	10	13	17	98	476,47
Carvão (m3)	79	24,3	2	288	5	-98,26
Madeira (m3)	202	191,5	458	192	80	-58,33
Pescado (Kg)	441	0	30.200	10.079	0	-100
Arma: revólver, pistola, espingarda	21	15	17	18	13	-27,77
Munição: diversos calibres (unid.)	116	58	105	109	1.411	1.194,49
Mercadoria (unid.)	25.017.415	8.516	6.188	2.818	92.454	3.180,83

Fonte: Rod-on-Line

Os números vinculados aos esforços para a segurança do trânsito cresceram muito no ano passado, em decorrência, principalmente, da recomposição do efetivo e a reativação dos postos de Presidente Figueiredo e Careiro. Esses postos, que se encontravam desativados há mais de três anos, estão localizados em pontos muito afastados das demais unidades operacionais e contam com pouca ou nenhuma fiscalização de trânsito das outras forças. Essas características favoreceram uma acomodação no comportamento dos condutores e contribuíram fortemente para o aumento dos flagrantes de desobediência às leis que regem o trânsito, quando do retorno da fiscalização à essas localidades. Com o passar do tempo, a tendência é de queda no número desses flagrantes.

Por outro lado, esses números tendem a permanecer crescendo à medida que aprimoramos a fiscalização, que pode ser melhorada por meio da disponibilização de instrumentos de fiscalização modernos, tais como: radares fotográficos portáteis, medidores de transmitância luminosa, opacímetro (medidor de emissão de fumaça), entre outros. Destes equipamentos, apenas o radar fotográfico fora adquirido e entrará em operação em 2014, após o encerramento de seu emprego na fase de testes.

Em análise primária, tratando-se de combate à criminalidade, observa-se que os resultados do exercício de 2013 superaram os números obtidos no exercício anterior, com exceção daqueles que se referem a apreensões de madeira e pescado, números que reduziram drasticamente no exercício em referência.

Nesse contexto, chama-se a atenção ao fato desta Unidade Jurisdicionada não ter contado com os trabalhos da unidade móvel avançada de fiscalização da Comissão de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – CODESAV, da Secretaria Estadual de Produção Rural – SEPROR, anteriormente instalada no Km 43 da BR 174, anexa ao Posto Manaus que, em fiscalizações conjuntas e diuturnas, promoveram, além das ações de fiscalização que resultaram nas apreensões anteriores, capacitação e atualização continuada dos policiais lotados nesta Regional, considerando as relações de apoio mútuo diário.

Pontua-se, ainda, que durante o exercício de 2013, esta UJ teve o seu efetivo operacional composto, em sua maioria absoluta, de servidores policiais egressos do Curso de Formação Profissional realizado no ano de 2012. O referido Curso de Formação formou duas turmas, sendo que a primeira tomou posse e entrou em exercício entre os meses de outubro e novembro de 2012, momento em que os policiais ora lotados na regional encontravam-se em

processo de remoção para outros estados da federação, através do Sistema Nacional de Remoções – SISNAR. A segunda turma efetivou suas atividades laborais entre os meses de janeiro e fevereiro de 2013.

No contexto apresentado no parágrafo anterior, esta UJ experimentou uma verdadeira substituição do seu efetivo da atividade finalística, quase que em sua integralidade, impactando significativamente nos trabalhos operacionais, uma vez que os servidores em remoção já possuíam expertise de fiscalização ambiental, devido ao contato suso mencionado.

Notadamente, o servidor recentemente egresso de CFP, via de regra, apresenta entusiasmo, disciplina e proatividade para o desempenho da função, o que certamente contribuiu fortemente para o atingimento dos números apresentados, tanto no âmbito da fiscalização de trânsito quanto no combate ao crime. No entanto, acrescenta-se ainda que, no Curso de Formação Profissional, são abordadas os diversos eixos de atuação da PRF, prioritariamente enfatizando-se aqueles temas comuns a todas as regionais, tais como as atividades rotineiras de fiscalização de trânsito. Temáticas específicas e referentes a fiscalizações incomuns a todas as regionais da PRF, a exemplo da fiscalização ambiental, não são aprofundadas no Curso de Formação, expertise que o servidor desenvolve após o início dos trabalhos na regional de lotação.

Portanto, restou prejudicada essa transmissão de conhecimento e experiência de trabalho, uma vez que, conforme dito anteriormente, esta Regional passou por um processo de renovação do efetivo, no qual os policiais que exerceram fiscalização em 2013 obtinham pouca base de conhecimentos em fiscalização ambiental, impactando na redução dos números. A realidade apontada, em tese, os remeteu a intensificar fiscalização em outros eixos de atuação, buscando desenvolver expertise naquelas temáticas para as quais o CFP lhes proporcionou base suficiente para que se desenvolvesse um trabalho eficiente.

Certamente que urge a necessidade de capacitar o efetivo operacional no contexto da fiscalização ambiental, proporcionando-lhes instruções junto aos órgãos de fiscalização, além da realização de comandos e operações temáticas, a fim de desenvolver a segurança necessária ao policial para a continuidade às ações de fiscalização e apreensões. Entretanto, pontua-se que se avizinha outro processo de remoção através de um novo SISNAR, após o evento Copa do Mundo 2014, processo esse que prevê nova substituição, também quase que integral, dos policiais operacionais, no qual novamente o 3º DRPRF/AM contará com um contingente de policiais com pouca ou nenhuma experiência operacional.

Aliada à ação de capacitação, outras duas ações despontam como medidas importantes para fortalecer o combate à criminalidade, quais sejam: a criação do Grupo de Policiamento Tático - GPT, a ser composto por policiais especializados no enfrentamento à criminalidade e o reforço nos quadros do Núcleo de Inteligência, setor responsável pelo levantamento das informações que subsidiam o combate ao crime. No entanto, o incremento de pessoal recebido não foi suficiente para possibilitar a implementação dessas medidas.

O crescimento, em mais de 3.000%, na apreensão de medicamentos se deve a realização, no mês de março, da Operação Temática focada nessa especialidade, denominada OTEFIS. Foi deflagrada com apoio da DCC, coordenadores e reforço de 25 policiais oriundos do estado de Roraima. Essa operação, registrou a maior apreensão de medicamentos, já realizada pela PRF no Brasil.

A dificuldade na recomposição e fixação de efetivo policial no estado atinge fortemente todas as áreas de atuação da PRF, inclusive a área meio. Esta é outra carência que urge ser suplantada. No mês de janeiro, com a chegada dos novos policiais egressos do 2º Curso de Formação Profissional 2012 (concurso que encontrava-se paralisado por decisão judicial desde 2009) o problema foi minimizado, mas não solucionado.

Levantamento que vem sendo realizado anualmente pelo Núcleo de Policiamento e Fiscalização dá conta da necessidade de efetivo de aproximadamente 100 (cem) policiais na atividade finalística. O efetivo no mês de dezembro de 2013, em relação a 2012, é menor. Caiu de 56 (cinquenta e seis) para 52 (cinquenta e dois) policiais, o que representa um déficit de 48 (quarenta e oito) servidores na escala de serviço atual. Entretanto, 1.200 (mil e duzentos) novos policiais encontram-se em formação na Academia Nacional de Polícia Rodoviária Federal, dentre os quais 10 (dez) novos Policiais Rodoviários Federal serão lotados no Amazonas. Há perspectiva de melhoras, a curto prazo, para essa problemática no ano de 2014.

Posto	Efetivo Ideal (Dia)	Escala 24X72 (DEZ/2012)	Escala-12X48	Escala 24X72
F.33.11	3	2	15	12
Ronda 1 - F.33.11	2	2	10	8
Ronda 2 - F.33.11	2	0	10	8
F.33.12	2	0	10	8
Ronda 1 - F.33.12	2	0	10	8
Ronda 2 - F.33.12	2	0	10	8
F.33.21	2	2	10	8
Ronda 2 - F.33.21	2	2	10	8
F.33.22	2	0	10	8
Ronda 1 - F.33.22	2	0	10	8
CIOP(C5I)	2	0	10	8
Núcleo de Operações Especiais	8	0	4	4
Corpo de Motociclistas	12	0	3	3
Grupo de Operações com Cães	3	0	1	1
Reserva técnica	6	6	-	-
Total	52	14	124	100
Efetivo (Dez/13)	-	-	52	52
Déficit	-	-	72	48

Em suma, o maior objetivo da Instituição, que é o de preservar vidas, foi alcançado. O combate à criminalidade, que durante o ano passado enfrentou dificuldades face o reduzido efetivo da regional, será intensificado ao longo de 2014, em virtude da recomposição do efetivo, que ocorrerá com o ingresso de novos policiais advindos da 1ª Turma do Curso de Formação Profissional da ANPRF- Academia Nacional de Polícia Rodoviária Federal.

d. Indicadores

Entre os Indicadores constantes do Programa Temático 2070 – Segurança Pública com Cidadania, de responsabilidade do Ministério da Justiça, está o de Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais. No Programa Temático 2048 – Mobilidade e Trânsito, tendo como responsável o Ministério das Cidades, existem dois Indicadores quanto ao tema da violência no Trânsito: Índice de vítimas de acidentes de trânsito e Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito.

Programa	Indicador	Unidade de	Referência
----------	-----------	------------	------------

		medida	Data	Índice
2070	Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais (número de mortos)		31/12/2010	8.623
2048	Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,10
	Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	20,18

Esses Indicadores, no entanto, não carregam em si metas de realizações. Funcionam como uma referência de um patamar a ser melhorado.

Apropriando do Indicador do Programa de responsabilidade do Ministério da Justiça, utilizando o mesmo critério nacional para estabelecer o Indicador da Regional, teríamos o número de mortos até 31/12/2010. Entretanto, vale lembrar, que essa referência foi buscada em 2010 a fim de balizar os esforços para 2011.

No caso presente, o objeto deste relatório é o ano de 2013, portanto, cabe perfeitamente buscar a situação levantada na Regional quanto ao citado indicador em 31/12/2012. Para efeito de avaliar o resultado das intervenções e serviços prestados, resta trazer à colação o número apurado em 31/12/2013. Eis o quadro demonstrativo.

Indicador	Unidade de medida	Referência	
		Data	Índice
Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais (número de mortos)	Unidade	31/12/2012	20
Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais (número de mortos)	Unidade	31/12/2013	14
Varição do Indicador	Percentual	- 30,00	

Entendemos ser este o principal Indicador, embora não esteja ele sobre a governança da organização. Seu atingimento depende de muitos fatores, quais sejam: o aquecimento da economia, crescimento da frota, diminuição da força de trabalho disponível, condições climáticas, condições das vias, veículos sem itens importantes de segurança (freios ABS, air bag, entre outros) e, principalmente, a decisão pessoal e intransferível do usuário da via (motoristas, pedestres e ciclistas) de cultivar um comportamento adequado.

A Maioria dos Indicadores do Programa 2070 a que a PRF se vincula são os Indicadores de Esforço, com destaque para o número de veículos fiscalizados, quantidade de pessoas fiscalizadas, teste de alcoolemia (com etilômetro) e pessoas alcançadas por ações de Educação para o Trânsito.

No quadro seguinte serão demonstrados esses Indicadores para todo o período do PPA, isto é, 2012 a 2015, quatro anos, portanto. Esses Indicadores de Esforço são nacionais, ou seja, para todas as Unidades da PRF. Cabe a gestão central do órgão distribuí-los de forma equânime para todas elas.

INDICADOR	OBJETIVO	META PARA OS 4 ANOS
Veículos fiscalizados	8825 e 0833	24.000.000
Pessoas fiscalizadas	8825 e 0833	24.000.000
Teste de alcoolemia	0833	6.000.000
Pessoas alcançadas por ações de Educação par o trânsito	0833	2.000.000

Fonte: Programa 2070 do PPA 2012-2015, publicado no site do MPOG.

Conforme explanado anteriormente, rerepresentamos as metas para esta Regional, conforme a Instrução de Serviço 001/2013, da Coordenação-Geral de Operações e o percentual de realização.

INDICADOR	META	REALIZADO	Percentual de alcance
Veículos fiscalizados	40.200	62.002	154,23
Pessoas fiscalizadas	40.200	63.095	156,95
Teste de alcoolemia	10.848	10.286	94,81
Pessoas alcanças por ações de Educação par o trânsito	2.004	6.586	328,64

*Fonte: NUEST - Coordenação Controle Operacional.

Como ficou evidenciado no quadros demonstrativos acima, a Regional obteve êxito em alcançar redução significativa no número de mortos, atingiu as metas de veículos fiscalizados e pessoas fiscalizadas e, por muito pouco (5,19%), não atingiu a meta de testes de alcoolemia realizados.

3.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

3.2.1 Programa temático

O 3º DRPRF/AM não possui Programa Temático definido no PPA 2012-2015 sob sua responsabilidade.

3.2.2 Objetivo

O 3º DRPRF/AM não possui Programa Temático definido no PPA 2012-2015 sob sua responsabilidade.

3.2.3 Ações

3.2.3.1 Ações – OFSS

Considerando que o 3º DRPRF/AM não tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados a ações, mas apenas a um ou mais subtítulos, as informações serão prestadas no quadro de Ações/subtítulos – OFSS.

3.2.3.2 Ações/subtítulos – OFSS

As informações sobre as ações/subtítulos – OFSS executados pela UJ serão a seguir descritas. Contudo, o orçamento da UJ é gerido, controlado e monitorado pelo órgão central (UG 200109 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal), e também esta UJ não recebe recursos diretamente da LOA, motivo pelo qual esta UJ não conta com dotação inicial e final, dados que não serão preenchidos, como também não serão preenchidos dados sobre a Execução Física das Metas, que fica a cargo do órgão central. Serão fornecidas, porém, informações sobre a execução de cada Ação/Subtítulo – OFSS por esta UJ.

Cumprir informar também que esta UJ executou recursos de ações não vinculadas à Unidade Orçamentária 30107 (Departamento de Polícia Rodoviária Federal), razão pela qual esta UJ não tem como informar as ações e metas relativas a tais recursos. Contudo, abaixo consta informações sobre a utilização destes valores.

Programa	Ação	Localizador	U O	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
2125	14VN	.0001	47101	R\$ 164.427,56	R\$ 164.427,56	R\$ 164.427,56
2126	8785	.0001	39250	R\$ 6.929,10	R\$ 6.929,10	R\$ 6.929,10
2075	20UB	.0001	39250	R\$ 165.355,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2070	7U23	.0001	30101	R\$ 156.521,17	R\$ 150.374,60	R\$ 150.374,60

Ação 14VN – Apoio à realização de Grandes Eventos (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão): Os gastos com essa ação ocorreram com diárias e passagens, totalizando, em passagens e despesas com locomoção, o valor de R\$ 82.434,80 (oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), e em diárias a servidores, o total de R\$ 81.992,76 (oitenta e um mil, novecentos e noventa e dois reais e setenta e seis centavos).

Ação 8785 – Gestão e Coordenação do PAC (Ministério dos Transportes): Os gastos com essa ação ocorreram com diárias, totalizando o valor de R\$ 6.929,10 (seis mil, novecentos e vinte e nove reais e dez centavos).

Ação 20UB – Transporte Rodoviário (Ministério dos Transportes): Os gastos com essa ação ocorreram com material de consumo (pneus para viaturas), totalizando o valor de R\$ 165.355,04 (cento e sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos).

Ação 7U23 – Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a realização de Grandes Eventos (Ministério da Justiça, UO 30101): Os gastos com essa ação ocorreram com diárias, totalizando o valor de R\$ 150.374,60 (cento e cinquenta mil, trezentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos) e com material permanente (ferramentas para a área de Telemática, totalizando o valor de R\$ 6.146,57 (seis mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos).

3.2.3.2.1 Ação 2000

QUADRO 3.2.3.2.1 – AÇÃO 2000

Identificação da Ação							
Código	2000		Tipo: ATIVIDADE				
Descrição	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE						
Programa	Código: 2112		Tipo: GESTÃO E MANUTENÇÃO				
Unidade Orçamentária	30107						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	----	----	899.782,62	691.470,61	691.470,61	----	208.312,01
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
----	Não se aplica			----	----	----	----
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
----	95.080,75	76.996,55	- 7.702,83	----	----	----	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Ação 2000 – Dentre as demandas atendidas por esta ação encontram-se:

1. Diárias – pessoal civil, R\$ 152.156,48;
2. Material de consumo: R\$ 14.176,62 (gêneros alimentícios e material de expediente);
3. Equipamento e material permanente, R\$ 26.870,50 (aquisição de eletrodomésticos para a Sede Administrativa e Postos Operacionais e equipamentos para a área de telemática);
4. Indenizações e restituições, R\$ 40.690,27 (gastos com remoção de servidores para outras regionais);
5. Locação de mão de obra, R\$ 331.736,42 (serviço de vigilância R\$ 180.991,42 e serviço de limpeza e conservação R\$ 150.745,00);
6. Passagens e despesa com locomoção: R\$ 84.406,19;
7. Outros serviços de pessoa jurídica (Empresa Brasileira de Comunicação, Imprensa Nacional e Escola de Administração Fazendária): R\$ 10.353,28;
8. Outros serviços de pessoa jurídica, R\$ 239.392,86 (licenciamento de viaturas, água e esgoto, energia elétrica, estágio, dedetização, limpeza predial, agenciamento de viagens, serviços postais, e manutenção predial).

3.2.3.2.2 Ação 201C

QUADRO 3.2.3.2.2 – AÇÃO 201C

Identificação da Ação							
Código	201C Tipo: ATIVIDADE						
Descrição	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON						
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões.						
Objetivo	Código: 0825 – Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.						
Programa	Código: 2070 Tipo: TEMÁTICO						
Unidade Orçamentária	30107						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	----	----	951.304,50	40.969,45	40.969,45	----	910.335,05
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
----	Não se aplica	----	----	----	----		

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Ação 201C – Os gastos com essa ação têm o total empenhado de R\$ 951.304,50, no exercício 2013, da seguinte forma:

- Diárias – pessoal civil: R\$ 24.314,23;
- Passagens e despesas com locomoção: R\$ 25.932,58;
- Obras e instalações: R\$ 538.637,06 (adequação do Posto Operacional do município de Presidente Figueiredo e confecção de projetos básico e executivo para a nova Sede do 3º DRPRF/AM);

- Outros serviços de pessoa jurídica: R\$ 127.350,63 (serviço de reforma do Posto Operacional do município de Presidente Figueiredo).
- Equipamentos e material permanente R\$ 227.650,00 (para a área de radiocomunicação e telemática);
- Material de consumo: R\$ 7.420,00 (para a área de radiocomunicação e telemática).

3.2.3.2.3 Ação 2723

QUADRO 3.2.3.2.3 – AÇÃO 2723

Identificação da Ação							
Código	2723 Tipo: ATIVIDADE						
Descrição	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS						
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.						
Objetivo	Código: 0833 – Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.						
Programa	Código: 2070 Tipo: TEMÁTICO						
Unidade Orçamentária	30107						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	----	----	649.233,33	602.960,21	602.960,21	----	46.273,12
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
----	Não se aplica			----	----	----	----
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
----	78.604,90	55.697,48	- 17.534,14	----	----	----	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Ação 2723 – Os gastos com essa ação têm o total empenhado de R\$ 649.233,33, no exercício 2013, da seguinte forma:

- Diárias – pessoal civil: R\$ 287.403,79;
- Passagens e despesas com locomoção: R\$ 83.138,83;
- Outros serviços de pessoa jurídica: R\$ 64.548,65 (serviços de manutenção de viaturas R\$ 33.361,21; gerenciamento de abastecimento: 4.350,16; aferição e calibração de etilômetros R\$ 25.815,00 e agenciamento de passagens aéreas R\$ 1.022,28).
- Material de consumo: R\$ 214.142,06 (peças para manutenção de viaturas R\$ 43.184,80; combustível para viaturas R\$ 168.966,22; formulários operacionais R\$ 1.291,04; e peças de reposição para etilômetros R\$ 700,00).

3.2.3.2.4 Ação 86A1

QUADRO 3.2.3.2.4 – AÇÃO 86A1

Identificação da Ação							
Código	86A1 Tipo: ATIVIDADE						
Descrição	PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.						
Objetivo	Código: 0833 – Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.						
Programa	Código: 2070 Tipo: TEMÁTICO						
Unidade Orçamentária	30107						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	----	----	3.894,40	3.894,40	0,00	3.894,40	----
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
----	Não se aplica	----	----	----	----		

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Ação 86A1 – O gasto com essa ação refere-se à aquisição de 1.230 blocos de auto de infração série B e 35 blocos de auto de infração para produtos perigosos (material de consumo, valor total de R\$ 3.894,40), adquiridos em pregão cujo 3º DRPRF/AM foi um dos pólos distribuidores deste material, que foi enviado a outras Regionais da Polícia Rodoviária Federal, para uso em atividades de fiscalização.

3.2.3.2.5 Ação 8698

QUADRO 3.2.3.2.5 – AÇÃO 8698

Identificação da Ação					
Código	8698 Tipo: ATIVIDADE				
Descrição	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO				
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.				
Objetivo	Código: 0830 – Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.				
Programa	Código: 2070 Tipo: TEMÁTICO				
Unidade Orçamentária	30107				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				

Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	----	----	87.880,55	31.633,74	31.633,74	----	56.246,81
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
----	Não se aplica			----	----	----	----
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
----	33.051,30	27.320,78	- 1.0008,39	----	----	----	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Ação 8698 – Os gastos com essa ação têm o total empenhado de R\$ 87.880,55, no exercício 2013, da seguinte forma:

- Equipamento e material permanente: R\$ 5.132,31 (equipamentos para a área de telemática);
- Material de consumo: R\$ 16.188,67 (peças e acessórios para a sistema de radiocomunicação – R\$ 16.000,00 e bobinas de EDA para impressão de autos de infração – R\$ 188,67);
- Outros serviços de terceiros pessoa jurídica: R\$ 66.559,57 (manutenção preventiva e corretiva do sistema de radiocomunicação R\$ 14.000,00; e telefonia fixa e móvel R\$ 52.559,57).

3.2.3.3 Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não processados – OFSS

QUADRO 3.2.3.3 – AÇÃO 2524

Identificação da Ação					
Código	2524 Tipo: ATIVIDADE				
Título	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Iniciativa	03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União.				
Objetivo	Código: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.				
Pograma	Código: 2070 Tipo: TEMÁTICO				
Unidade Orçamentária	30107				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
262,00	0,00	0,00	----	----	----

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Ação 2524 – O gasto com essa ação é referente a capacitação de servidor no exercício 2012. A despesa, para liquidação, necessita de emissão da fatura pela prestadora de serviço, aguardada por esta UJ.

Cumpra informar também em relação a esta UJ os recursos referentes à ação 2346, referente ao Programas 1463 (exercício 2011) e 2075 (2012), da UO 39250, ou seja, não vinculada à Unidade Orçamentária 30107, razão pela qual esta UJ não tem como informar as ações e metas relativas a tais recursos, porém seguem informações sobre esta ação: código 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transportes Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros. Valor em 01/01/2013: R\$ 11.664,62; Valor liquidado: R\$ 6.723,64; Valor cancelado: R\$ 4.940,98.

4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1 Estrutura de governança

Esse tópico não se aplica a esta UJ, devido à mesma não possuir em sua estrutura unidade de auditoria ou de controle interno, entre outros órgãos de controle. Esta estruturação encontra-se presente no âmbito do Ministério da Justiça, ao qual esta UJ é subordinada. Porém, o DPRF, ao qual esta UJ se vincula, mesmo não contemplando em sua atual estrutura organizacional uma área encarregada especificamente pelo Controle Interno do Órgão, sempre busca observar os preceitos legais, o respeito ao interesse coletivo e o comprometimento dos gestores do Órgão para que o planejamento traçado pela Administração Central seja cumprido de maneira eficiente e eficaz.

Ressalte-se que a PRF tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma estrutura mais adequada às especificidades e competências do Órgão, conforme Projeto de reestruturação do DPRF, o que proporcionará melhoras significativas nos processos conduzidos pela Instituição.

4.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos

QUADRO 4.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais				x	

ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
<i>Análise Crítica: Essa UJ não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle somente encontra-se estruturado no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada. Inobstante, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU, ainda que de forma incipiente e não concentrada. Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF, processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil.</i>					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

O DPRF possui normativos atualizados que dispõe sobre sua estrutura administrativa, incluindo a forma de hierarquia criada, suas atribuições e responsabilidades, sendo seu regimento interno aprovado pela Portaria MJ nº 1.375, de 02.8.2007. A estrutura organizacional está disponível a todos na internet, no endereço www.prf.gov.br.

O DPRF utiliza mecanismos de divulgação e de conscientização aplicáveis a todos os níveis da Unidade. Para corroborar com a afirmação, a Coordenação de Inteligência promove duas palestras anuais de Educação de Segurança, onde apresenta os procedimentos cautelares de segurança e salvaguarda de materiais e documento sigilosos/sensíveis. Informamos, ainda, que são apresentados procedimentos de segurança das áreas e instalações, das comunicações, da informática e dos recursos humanos.

Outro procedimento adotado pela Unidade, sobre os mecanismos de divulgação e conscientização dos controles internos, diz respeito aos “lembretes” enviados pela rede interna da Unidade, quando o usuário efetua o login na estação de trabalho, com mensagens que estimulam a adoção de medidas preventivas de segurança corporativa.

Sobre a adequação da comunicação dentro desta Unidade, relativamente aos instrumentos de comunicação institucional, informamos a existência dos seguintes dispositivos: rede corporativa (internet) atende a 99% da estrutura de atuação do DPRF; fóruns eletrônicos internos de discussão, debates, sugestões, esclarecimentos e trocas de experiências; serviço de email disponível a todos os servidores e colaboradores.

Esta Unidade possui instruções e procedimentos padronizados para autorizações e aprovações para serviços de Tecnologia de Informação e de obras, entre outras, relacionadas a seguir:

- Estatuto dos Servidores Públicos Aplicados à Polícia Rodoviária Federal, que normatiza no âmbito do DPRF todos os processos e procedimentos operacionais para a concessão de direitos afetos à área de Recursos Humanos, e disponível no site do DPRF, no endereço www.prf.gov.br/estatuto, e utilizados por vários órgãos da Administração Pública Federal.

- IN nº 08/2009-CGO - aprova o Manual de Procedimentos Administrativos nº 09, que regula os critérios operacionais que devem ser observados como pré-requisito para abertura de processos de construção ou remanejamento de Postos e Delegacias no âmbito do DPRF

- IN nº 03/2010-CGO - institui o Manual de Procedimentos Administrativos nº 11, que define procedimentos para alteração das circunscrições de Postos, Delegacias e Regionais da PRF.

- IN nº 10/2007-DG - Regulamenta os procedimentos referentes a obras de construção, ampliação e de reforma de edificações no âmbito do DPRF.

- IN nº 09/2009-DG - Dispõe sobre o uso do serviço de fórum disponibilizado pelo DPRF

- IN nº 05/2007-DG - Disciplina a disponibilização e utilização do serviço de armazenamento de arquivos digitais no âmbito do DPRF.

- Portaria nº 36/2010 - Trata do recebimento de doação pelo DPRF e da transferência de bens patrimoniais entre as Unidades Regionais do DPRF.

- IN nº 14/2007-DG - Estabelece os procedimentos a serem observados para desfazimento de coletes balísticos classificados como Inservíveis;

- IN nº 15/2007 - DG- Estabelece os procedimentos a serem observados para reaproveitamento, movimentação, alienação e outras formas de desfazimento de materiais genericamente classificados como inservíveis.

A participação dos servidores na elaboração de procedimentos ou instruções normativas, ocorre através de grupos de trabalho designados pelos Coordenadores-Gerais, haja vista a competência regimental dos mesmos. Normalmente esses grupos são formados por servidores de diversas áreas, inclusive das Unidades Regionais.

Após o estudo e elaboração das propostas, que atendam as demandas, as mesmas são analisadas em reunião de Diretoria, onde havendo concordância são assinadas e publicadas.

Avaliação de Risco

Quanto a existência de normas ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade do DPRF, informamos a existência de normas e regulamento para: disponibilização e utilização do serviço de armazenamento de arquivos digitais no âmbito do DPRF; transferência de bens patrimoniais entre as Unidades Regionais do DPRF; desfazimento de coletes balísticos classificados como Inservíveis; e reaproveitamento, movimentação, alienação e outras formas de desfazimento de materiais genericamente classificados como inservíveis.

Procedimento de Controle

Este DPRF utiliza mecanismos de divulgação e conscientização em todos os níveis hierárquicos acerca da importância dos controles internos, além de possuir manuais e outros instrumentos internos com procedimentos e normativos atualizados que dispõem sobre sua estrutura administrativa. Contudo, o DPRF vem tentando melhorar os procedimentos de Controle para que eles possam minimizar os riscos e contribuir na consecução dos resultados planejados.

Os procedimentos afetos aos processos da área de Recursos Humanos estão definidos na ferramenta denominada “Estatuto dos Servidores Públicos Aplicado à Polícia Rodoviária Federal” disponível no sítio do DPRF na internet (www.prf.gov.br/estatuto).

Informação e Comunicação

Conforme evidenciado em item anterior, o DPRF utiliza de instrumentos de comunicação institucional, tais como intranet e envio de informações e/ou orientações a todos os servidores/empregados via e-mail, bem como fóruns virtuais, como forma de disseminar e repassar orientações do órgão central sobre os diversos controles envolvidos na atividade administrativa das unidades.

O DPRF utiliza de mecanismos de divulgação interna a qual vem atendendo às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da Unidade, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.

Monitoramento

Com relação a este aspecto de Controle o registramos que foi “criado o Grupo de Acompanhamento e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e da CGU, ainda que de forma incipiente e não concentrada”. Informamos ainda, que a Alta Administração deste DPRF tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF.

4.3 Sistema de Correição

O Sistema de Correição da Polícia Rodoviária Federal é integrado pela Corregedoria-Geral, com sede em Brasília/DF, e por 26 (vinte e seis) Corregedorias Regionais que estão distribuídas pelos diversos Estados da Federação e Distrito Federal. O Sistema tem previsão na Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, que aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Obedecendo-se a essa estrutura orgânica, são responsáveis pela instauração de procedimentos disciplinares: os Dirigentes Regionais, em sua área de atuação em cada unidade; e a Corregedora-Geral do DPRF, nos casos que envolvam servidores da unidade central ou que envolvam servidores lotados em mais de uma unidade regional e, ainda, nas situações em que existem impedimentos das autoridades regionais.

Como balizas de atuação, a Corregedora Regional utiliza, entre outros, os seguintes normativos: Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999; Portaria do Ministro da Justiça nº 1.534, de 14 de dezembro de 2002, que instituiu o Regulamento Disciplinar do DPRF; Portaria Conjunta Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Direitos

Humanos nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010; e Instrução Normativa 01/2010, da Corregedoria Geral do DPRF.

Com o intuito de agir preventivamente no combate aos desvios de conduta, a PRF instituiu a partir de 2007 o Programa Corregedoria Participativa, pela qual são proporcionadas palestras aos agentes destacando a importância de desempenharem as atribuições do cargo com eficiência e eficácia, contribuindo para uma cultura de reflexão dos servidores sobre condutas individuais e coletivas e o impacto na formação da imagem corporativa da PRF.

No ano de 2013, constam os seguintes dados no sistema cartorial da Corregedoria do 3º DRPRF/AM:

PROCEDIMENTOS INSTAURADOS - 2013	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	1	Estatísticas CR
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	2	Estatísticas CR
Rito Sumário	0	Estatísticas CR
Total de Procedimentos:	3	Estatísticas CR
PROCEDIMENTOS JULGADOS – 2013	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	0	Estatísticas CR
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	Estatísticas CR
Rito Sumário	0	
Total de Procedimentos:	0	Estatísticas CR
RESULTADO DE JULGAMENTOS – 2013	Quantidade	Fonte
Advertências:	0	Estatísticas CR
Suspensões:	0	Estatísticas CR
Demissões:	0	Estatísticas CR
Cassações de Aposentadorias:	0	Estatísticas CR
Notas de Culpa	0	Estatísticas CR
Absoluções:	0	Estatísticas CR
NÚMEROS DIVERSOS – 2013	Quantidade	Fonte
Processos administrativos disciplinares em andamento	5	Estatísticas CR
Processos Pendentes	7	Estatísticas CR
Inspeções Correicionais	23	Estatísticas CR
Prisões de Servidores	0	Estatísticas CR
Total de denúncias recebidas	14	Estatísticas CR
Denúncias apuradas	7	Estatísticas CR
Denúncias arquivadas	5	Estatísticas CR
Orçamento executado (diárias e passagens)	R\$ 7.506,76	Estatísticas CR
Processos Encaminhados ao Ministério Público com indícios de prática de crimes	0	Estatísticas CR

Dos cinco processos administrativos disciplinares em andamento, um foi finalizado com decisão de arquivamento, um se encontra em produção de relatório final, enquanto os demais estão em fase instrutória; por sua vez, os sete processos pendentes de instauração encontram-se em Investigação Preliminar, devidamente formalizado pela Corregedoria Regional.

4.4 Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Informamos que esta Jurisdicionada atendeu parcialmente ao exigido pelos artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, expedida pela Controladoria-Geral da União – CGU, que tratam dos prazos para inserção de dados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, haja vista a disponibilidade efetiva de apenas um servidor para todas as ações correicionais. Os processos tiveram seu cadastramento iniciado em 2011, ressalte-se, no

entanto, que os processos em andamento estão devidamente cadastrados, assim como os processos do ano de 2009 em diante. A Corregedoria Regional já está tomando as medidas necessárias para cumprimento integral da referida norma.

4.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

A implementação de indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos são de responsabilidade do Órgão Central, DPRF, o qual busca uma gestão transparente, legítima, eficiente e acobertada pelos mandamentos legais vigentes.

A adoção, pela PRF, de uma Gestão com fortes traços de Governança proporciona ao Órgão uma evolução significativa na qualidade e quantidade dos serviços prestados à sociedade.

A análise dos resultados extraídos dos indicadores utilizados pela PRF proporcionará um justo monitoramento e avaliação do funcionamento do modelo de governança adotado pelo Órgão, assim como permitirá a avaliação da efetividade dos controles internos na garantia do alcance de seus objetivos estratégicos estabelecidos.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Execução das despesas

5.1.1 Programação

Realizada pelo Órgão Central (DPRF). A unidade Orçamentária responsável pela proposta orçamentária desta UJ é o DPRF, UG 200109, A proposta é única e engloba todos as Regionais do Departamento. Algumas despesas são previstas baseando-se em critérios preestabelecidos pelo DPRF e variam conforme o programa/ação a ser executado.

5.1.2 Movimentação de créditos interna e externa

5.1.2.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa

QUADRO 5.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200110	200109	30107-06.181.2070.2723.0001.	-----	-----	11.652,80
Recebidos	200109	200110	30107-06.122.2112.2000.0001; 30107-06.181.2070.201C.0001; 30107-06.181.2070.2723.0001;	-----	-----	1.852.539,89

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	----	----	----	----	----	----
Recebidos	200109	200110	30107-06.181.2070.8698.0001; 30107-06.181.2070.86A1.0001.	798.289,87	----	----
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	----	----	----	----	----	----
Recebidos	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	200110	30101-06.183.2070.7U23.0001	----	----	150.374,60
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	----	----	----	----	----	----
Recebidos	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	200110	30101-06.183.2070.7U23.0001	6.146,57	----	----

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.1.2.2 – Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa

QUADRO 5.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	----	----	----	----	----	----
Recebidos	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	200110	39250-26.782.2075.20UB.0001	----	----	171.498,00
Recebidos	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	200110	39253-26.122.2126.8785.0001	----	----	6.929,10
Recebidos	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	200110	47101-04.121.2125.14VN.0001	----	----	164.427,56

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.1.3 Realização da despesa

5.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação

QUADRO 5.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	760.173,40	956.114,19	756.279,00	768.095,77
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	760.173,40	956.114,19	756.279,00	768.095,77
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	101.079,61	105.188,59	101.079,61	94.514,94
h) Dispensa	70.697,90	88.495,56	70.697,90	80.363,56
i) Inexigibilidade	41.687,46	16.693,03	45.800,90	14.151,38
3. Regime de Execução Especial	0,00	1.837,38	0,00	1.837,38
j) Suprimento de Fundos	0,00	1.837,38	0,00	1.837,38
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	463.874,50	407.439,17	463.874,50	407.439,17
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	463.874,50	407.439,17	463.874,50	407.439,17
5. Outros	45.800,90	0,00	45.800,90	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	907.053,91	1.470.579,33	1.367.034,01	1.271.887,26

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.1.3.2 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

QUADRO 5.1.3.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								

39 – outros serviços de terceiros	508.204,99		185.033,74		323.171,25		185.033,74	
14 – diárias - civil	463.874,50	407439,17	463.874,50	407439,17	0,00	0,00	463.874,50	407439,17
37 – locação de mão de obra	331.736,42	559426,72	320.406,42	481400,77	11.330,00	78025,95	320.406,42	481400,77
Demais elementos do grupo	489.989,62	276543,19	390.121,44	252903,50	99.868,18	23639,69	386.227,04	252903,50
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
51 – obras e instalações	538.637,06		0,00		538.637,06			0,00
52 – equipamentos e materiais permanente	259.652,81	41.380,00	11.492,31	9.980,00	248.160,50	31.400,00	11.492,31	9980,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.1.3.3 Análise crítica da realização da despesa

As principais despesas do Distrito são relacionadas a manutenção de suas atividades administrativas e operacionais. A utilização de registro de preços passou a principal forma de contratação utilizada pelo Distrito, tal fato se deu principalmente pela criação das Unidades Centralizadoras de Compras do DPRF, as chamadas UCC. Os investimentos realizados seguiram as diretrizes do DPRF. Houve um acréscimo na despesa com diárias devido ao grande número de convocações de servidores para atuar em diversas áreas, como operações e processos administrativos disciplinares e convocações diversas para atender à Administração Central, porém o maior gasto foi com serviços de terceiros.

5.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO 5.2 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	198.692,07	146.786,95	-31.186,34	20.738,78
2011	19.971,50	19.971,50	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.2.1 Análise crítica

Os valores de restos a pagar do ano de 2012 referem-se a aquisição, mediante pregão, de materiais para uso em APH (material de socorro médico) e outros materiais para os servidores desta UJ, tendo sido a licitação e empenhos realizados no final de 2012. Há também restos a pagar referentes a serviços que devem ser revistos e cancelados.

5.3 Suprimento de fundos

5.3.1 Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO 5.3.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$) (a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	Não se aplica	Não se aplica	0	0,00	0	0,00	0,00
2012	Não se aplica	Não se aplica	0	0,00	7	1.837,38	1.837,38
2011	Não se aplica	Não se aplica	0	0,00	7	1.795,91	1.795,91

Fonte: SIAFI

5.3.2 Suprimento de fundos – Conta Tipo “B”

A UJ não utiliza suprimento de fundos através de conta tipo “B”

5.3.3 Suprimento de fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Não houve utilização de CPGF no exercício 2013

5.3.4 Prestações de contas de Suprimento de Fundos

QUADRO 5.3.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

PC não Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1.837,38	1	1.795,91

Fonte: Processo de Suprimento de Fundos. Obs: não houve processo de Suprimento de fundos em 2013.

5.3.5 Análise Crítica

Apesar da importância da utilização de recursos através da concessão de suprimento de fundos a servidor, não foi utilizado tal ferramenta em 2013 devido às dificuldades de pessoal, para acompanhamento das rotinas necessárias à sua boa utilização, tais como registro no Comprasnet e acompanhamento da prestação de contas.

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Estrutura de pessoal da unidade

6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

A composição dos recursos humanos do 3º DRPRF/AM é a apresentada no Quadro 6.1.1.1, onde se contempla a lotação efetiva. No ano de 2013, a Unidade teve um acréscimo de 14 policiais, em virtude da nomeação da 2ª Turma do concurso para o cargo de policial rodoviário federal realizado em 2009, e três servidores sub-judice.

Apesar da nomeação dos servidores excedentes em 2013 amenizar o problema de efetivo e permitir a reabertura de duas unidades operacionais, as demandas nacionais de capacitação e atuação operacional, em preparação do efetivo para a atuação nos Grades Eventos diminuem a força de trabalho.

a. Efetivo Previsto

A Direção do DPRF deu início em 2012 ao processo de definição do efetivo das Regionais para o cargo de PRF. Este estudo considerou os diversos fatores que influem na atuação do órgão em âmbito regional e nacional, definindo o efetivo possível em cada Unidade, levando a uma distribuição mais igualitária do efetivo PRF entre as desconcentradas.

Quanto ao quantitativo de servidores administrativos, o DPRF recebeu autorização do Ministério do Planejamento para a realização de Concurso Público para provimento de cargos de agente administrativo, em virtude de Termo de Ajustamento de Conduta com o MPT firmado, em 2007. Esse certame a ser realizado em 2014 não supre a necessidade do órgão, obrigando a Administração a empenhar considerável efetivo de policiais rodoviários federais na execução da atividade meio, fato que encarece a atividade meio, e diminui o efetivo policial disponível para a atividade fim.

A CGRH encaminhou ao Ministério do Planejamento em 2009, proposta de definição de cargos de nível médio e superior para fazer frente às necessidades do órgão, mas ainda não obteve aval do Governo para o prosseguimento do pleito. Em virtude disso, o DPRF continua não possuindo efetivo autorizado de servidores administrativos definido em lei. Os servidores

administrativos efetivos no 3º DRPRF (02 servidores) foram redistribuídos de outros órgãos da administração pública, e o quantitativo não é suficiente para atender à demanda administrativa da Unidade.

b. Efetivo Existente

A força de trabalho do 3º DRPRF/AM é composta de servidores do quadro de pessoal específico, cuja maioria é ocupante do cargo 911.001 – Policial Rodoviário Federal (74), servidores do plano especial de cargos do DPRF (2), e pessoal terceirizado (vigilância e limpeza).

Atividade-meio:

Tendo em vista a existência de somente dois servidores administrativos, a demanda da administração da Unidade continua sendo atendida por servidores PRF em número mínimo necessário para a execução das atividades imprescindíveis, objetivando minimizar o impacto na atividade finalística do Distrito.

Essa situação determina a priorização de atividades, uma vez que o efetivo é insuficiente para suprir as demandas sempre crescentes em virtude da modernização da atividade operacional, o que traz prejuízos para o pleno atendimento das competências regimentais.

No ano de 2013 foi necessário o incremento do efetivo nas atividades administrativas, em virtude de determinação do DPRF de designação de servidor responsável pela área de Telecomunicações, de decisão gerencial da Chefia Distrital para a ampliação da atuação da Comissão de Educação para o Trânsito (CRET), visando o cumprimento das obrigações do Governo Brasileiro perante a ONU para a redução de mortes no trânsito. Apesar das atividades da CRET serem eminentemente operacionais, são levadas a termo pelos servidores que atuam na área administrativa da Unidade, e baseada no efetivo lotado no NAP, com o acréscimo de pessoal dos outros Núcleos da Administração, cumulativamente com as atividades regimentais desenvolvidas, com o apoio das equipes do NPF. Tal situação levou ao melhor planejamento das ações, e maior alcance das ações de educação para o trânsito.

Atividade-fim:

O Distrito dispõe de quatro postos de fiscalização cobrindo aproximadamente 600 km de malha viária de responsabilidade da UJ. Para fazer frente a essa demanda existem à disposição do NPF 57 (cinquenta e sete) policiais, sendo que 6 (seis) desempenham atividades administrativas no Núcleo, 2 (dois) no Setor de Multas e Penalidades, 2 (dois) na Comissão Administrativa de Defesa de Autuação e 47 (quarenta e sete) policiais desempenham a atividade finalística. No posto Ceasa funciona a CIOP/AM e os seus integrantes exercem cumulativamente as atividades de fiscalização e policiamento, e as atividades da central de informações operacionais.

c. Efetivo Necessário

Atividade-meio:

Considerando o **cenário atual**, em que se prepara a UJ e do DPRF como um todo para a participação na Copa 2014, bem como atender a determinações legais surgidas no último exercício, particularmente a Lei nº 12.527/2011, há a necessidade de incremento do efetivo da seguinte forma:

- 02 (dois) servidores no gabinete da chefia (Inteligência e Comunicação Social);
- 03 (três) servidores no NAF (Protocolo, Informática, Patrimônio);
- 02 (dois) servidores no Serviço de Informação ao Cidadão.

Considerando o **cenário futuro**, com a abertura do tráfego da BR319 (continua prevista no PAC2 e PNLT, e dobraria a malha viária de responsabilidade da UJ), e a reestruturação do Distrito em Superintendência (Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional), com o aumento do efetivo na atividade-fim, haverá a necessidade de incremento da estrutura administrativa em 25 (vinte e cinco) servidores, sendo policiais ou administrativos.

Atividade-fim:

Considerando o **cenário atual**, ou seja, a necessidade de colocar em pleno funcionamento os 4 (quatro) postos existentes e a criação de pelo menos, uma equipe de ronda por posto, faz-se necessário, incrementar o efetivo até atingir o número de 54 (cinquenta e quatro) policiais na atividade fim. Para a recriação do Núcleo de Operações Especiais, medida importantíssima no combate à criminalidade, seriam necessários mais 8 (oito) policiais. Há ainda a necessidade de destacamento de 8 (oito) servidores para o Centro de Informações de Segurança Pública, perfazendo um total de 70 (setenta) policiais.

Em um **cenário futuro**, com a reabertura da BR-319 e a necessidade de incrementar o Núcleo de Operações Especiais seriam necessários mais 120 (cento e vinte) policiais. Para a reabertura da BR-319 ao trânsito de veículos, está prevista a construção de quatro novos postos de fiscalização, que deverão estar subordinados a uma delegacia, a ser criada pela reestruturação da Unidade. O efetivo maior na fiscalização policial na BR 319 se justifica pela dificuldade de comunicação e acesso, necessitando de equipes maiores para garantir a segurança dos usuários da via. No Grupo de Trabalho Interministerial para a reconstrução da BR 319, há previsão de concurso específico para incremento do efetivo das UJ afetadas (AM e RO).

6.1.1.1 Lotação

QUADRO 6.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	86	76	30	16
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	86	76	30	16
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	86	76	30	16

Fonte: SIAPE

6.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada

QUADRO 6.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	10
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	4
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	4
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Remoção por decisão judicial)	5
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	15

Fonte: SIAPE

6.1.2 Qualificação da força de trabalho

6.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções

QUADRO 6.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	1	1	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	4	3	3	4
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	3	3	4
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	5	4	3	4

Fonte: SIAPE

6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO 6.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	14	35	22	0	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	3	0	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	2	0	1	0
3. Totais (1+2)	14	38	22	1	1

Fonte: SIAPE

6.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

**QUADRO 6.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	2	62	6	2	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	2	62	6	2	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	3	1	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	3	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	2	65	7	2	0

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Siape e Pastas Funcionais

6.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO 6.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	6.494.193	1.312	540.562	164.142	494.479	12.585	2.722	2.194	834	7.713.023
	2012	5.256.432	2.855	579.606	0	0	340.340	6.240	483	9.109	6.195.070
	2011	5.317.367	2.261	668.673	0	0	336.693	11.113	0	11.999	6.348.110
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	133.109	15.495	12.383	12.340	9.124	0	0	0	0	182.451
	2012	89.604	12.694	4.925	0	0	3.040	0	0	0	110.263
	2011	104.168	15.233	14.650	0	0	3.648	366	0	305	138.041
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	446.889	11.945	31.283	13.470	29.056	0	0	0	108	532.751
	2012	425.841	11.209	54.533	0	0	17.645	643	0	386	510.259
	2011	443.508	12.471	58.846	0	0	20.661	1.594	0	1.830	538.913

Fonte: SIAPE

6.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

6.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO 6.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	16	0
1.1 Voluntária	15	0
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	1	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	17	0

Fonte: SIAPE

6.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

QUADRO 6.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	0	0
1.1 Integral	3	0
1.2 Proporcional	0	0
2. Em Atividade	2	0
3. Total (1+2)	5	0

Fonte: SIAPE

6.1.5 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

No que se refere a controle de acumulação de cargos, previsto na Portaria Normativa nº2/SEGEP/MP publicada no DOU de 13/03/2012, não houve nomeação de servidores que se enquadram na citada portaria.

O cargo de Policial Rodoviário Federal é cargo de dedicação exclusiva, e em virtude disso, quando do ingresso no cargo, bem como por ocasião de aposentadoria, os servidores são obrigados a declarar o acúmulo ou não de cargo. Inclusive, para a comprovação da não acumulação, é documento indispensável para a posse a apresentação de documento idôneo de solicitação de exoneração do cargo anteriormente ocupado.

Exceto por ocasião da posse, não há verificação quanto à veracidade da informação.

Este NAP desconhece existência de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.

Em relação à área correicional, os procedimentos adotados pelas Instâncias de Correição são padronizados em âmbito federal, inexistindo um controle interno sistemático que vise detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos. Ressalte-se que, no caso do 3º DRPRF/AM, o reduzido número de servidores e a escala de serviço usual do DPRF, com plantões de 24 horas ininterruptas para a maioria do efetivo, tornam possível, na prática, um controle informal sobre eventuais acumulações. Não há registros ou informações, nesta unidade jurisdicionada, sobre a existência de servidores que acumulem cargos, funções e empregos públicos.

6.1.6 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Observada a Portaria Normativa nº 2/SEGEP/MP/2012, não houve detecção de caso de acumulação ilícita de cargos ou empregos públicos de servidores desta Unidade Jurisdicionada.

O cargo de Policial Rodoviário Federal é de dedicação exclusiva, não sendo possível

a acumulação lícita de cargos conforme o citado documento legal. Quando da posse de novos servidores por ocasião de aprovação em concurso público, é necessária a declaração de não acumulação de cargos, sendo que servidores oriundos de outros órgãos da Administração Pública das três esferas, há a necessidade de comprovação de solicitação de exoneração do cargo anterior.

Considerando a inexistência de servidores na situação em tela, inexistem quantitativos de notificações ou processos administrativos disciplinares abertos para regularizar a situação de acumulação irregular de cargos, funções e empregos públicos.

6.1.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

a. Absenteísmo

O 3º Distrito Regional integra a Unidade SIASS INSS/AM, sendo as perícias realizadas diretamente naquele órgão.

O absenteísmo esteve ligado intimamente com o *turnover*. Com a posse dos novos servidores, que ocorreu em Set/2012 e Jan/2013, houve a diminuição expressiva dos afastamentos por motivo de saúde, que caiu de 22 dias de afastamento por servidor registrado em 2011 para 11 dias de afastamento per capita em 2012, e 5,67 em 2013.

Diferente dos anos anteriores, em que os afastamentos se concentravam nas doenças psicológicas/psiquiátricas, houve dispersão nos diagnósticos das patologias.

O DPRF, para minimizar problemas de saúde decorrente do sedentarismo, e cumprindo determinação da Portaria Interministerial nº 02, de 15/12/2010, da Secretaria Especial de Direitos Humanos e do Ministério da Justiça, publicou instrução normativa que instituindo a Educação Física Institucional - EFI, garantindo espaço na jornada de trabalho diária para a execução de atividade física, buscando melhor condicionamento físico para os servidores, para a diminuição de afastamentos por motivo de saúde e um melhor atendimento ao cidadão no exercício do cargo.

A UJ ainda não conseguiu destinar servidor especificamente voltado ao fomento da área de forma a implantar efetivamente o Programa Servidor Saudável Proposta Racional e Viável – PROSSERV, instituído pela Divisão de Saúde e Assistência Social/CGRH/DPRF. Esse programa engloba todas as ações de atenção à saúde do servidor no DPRF.

Apesar de ser disponibilizado ao servidor o tempo para as atividades físicas, a adesão dos servidores tem sido baixa. Em parte em virtude da dificuldade dos servidores que atuam em escala de revezamento de terem garantido o seu direito, seja por distância das academias que os mesmos frequentam, seja porque estavam sozinhos no posto de fiscalização no dia de plantão.

A grande dificuldade do Núcleo de Administração de Pessoal se situou na falta de servidores voltados especificamente para a atenção à saúde do servidor, uma vez que os servidores hoje lotados no núcleo desempenham as atribuições que normalmente seriam destinados a uma seção com dois núcleos em uma superintendência, com efetivo de 8 a 20 servidores, dependendo do efetivo.

b. Acidentes de Trabalho

Foi registrado 1 (um) acidente de trabalho de servidores da UJ no ano de 2013 (capotamento de viatura em operação no Mato Grosso do Sul), sendo que nenhum dos servidores teve ferimentos graves.

c. Doenças Ocupacionais

Não há indicativo de doenças ocupacionais nos afastamentos concedidos em 2013.

d. Rotatividade (turnover)

Tivemos no corrente ano a remoção de praticamente 25% do efetivo lotado na Unidade. Historicamente a substituição, via remoção, de parcelas consideráveis do efetivo a cada novo concurso tem sobrecarregado os servidores mais antigos, que assumem, na prática, a responsabilidade de treinar novos policiais, que posteriormente se dispersam para outras unidades do DPRF.

Tal situação poderia ser amenizada com a convocação de servidores de outras regionais por ocasião da posse de servidores por concurso, aumentando o efetivo para receber e orientar os novos PRF.

A realidade da PRF no Amazonas é similar a outros órgãos da Administração Pública Federal, em que a imensa maioria dos novos servidores empossados são oriundos de outras regiões, e que dificilmente se fixam no Estado após a primeira oportunidade de remoção, quando não adoecem ou relatam problemas familiares, que aceleram o processo de saída da Regional.

e. Educação Continuada

Na capacitação dos servidores em 2013 enfatizou-se a preparação do efetivo para a realização da Copa 2014, bem como o desenvolvimento de operações temáticas de fiscalização, as ações de capacitação nacionais realizadas pela Coordenação de Ensino do DPRF, as ações de ensino à distância objeto do convênio entre DPRF e a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e cursos oferecidos pelas escolas de governo, ou órgãos parceiros locais.

f. Controle interno na área de recursos humanos.

As atribuições do Núcleo estão definidas no artigo 99 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria MJ nº 1375/2007, e engloba as atividades de responsabilidade da Seção de Recursos Humanos (SRH), do Núcleo de Capacitação e Legislação (NUCAP) e Núcleo de Administração de Pessoal (NUAP) de uma superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos do DPRF, com a participação efetiva de todos os Núcleos e Seções de Recursos Humanos das Regionais, trabalhou intensamente no aprimoramento da instrução processual nos últimos anos, definindo a padronização e otimização da mesma em busca da prestação de um serviço de qualidade a um menor prazo.

Como produto desse trabalho, foi finalizado o Estatuto dos Servidores Públicos Aplicado ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, disponível em meio eletrônico, que pode ser acessado no sítio do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na internet: www.prf.gov.br/estatuto e têm auxiliado tanto o desenvolvimento das atividades de RH no DPRF como fora dele. O diferencial dessa ferramenta consiste em disponibilizar ao operador de RH além da base legal, as operações de cadastro necessárias à efetivação do direito.

6.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários

6.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Não há na Regional contrato de terceirização para atividades inerentes ao plano de cargos do DPRF.

6.2.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Não há autorização para realização de concurso para substituição de terceirizados para a Regional.

6.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada

QUADRO 6.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: 3º DRPRF/AM													
UG/Gestão: 200110							CNPJ: 00.394.494/0105-22						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	02/2009	07.030.464/001-90	13/03/2009	28/02/2009	4	4	-	-	-	-	E
2009	V	O	03/2009	07.030.464/001-90	01/07/2009	30/06/2014	2	2	-	-	-	-	P
2009	L	O	04/2009	09.540.692/001-35	19/08/2009	18/08/2014	7	7	-	-	-	-	P
Observações:													
Referente ao Contrato nº 03/2009 (4º Aditivo – Termo Aditivo n. 01/2013)													
Referente ao Contrato nº 04/2009 (4º Aditivo – Termo Aditivo n. 01/2013)													

<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>

Fonte: NAF/3º DRPRF/AM

6.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO 6.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: 3º DRPRF/AM													
UG/Gestão: 200110						CNPJ: 00.394.494/0105-22							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	11	O	003/2010	04.409.637/0001-97	26/01/2010	25/01/2015	-	-	12	-	1	-	P
Observações:													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras													

Fonte: SIAFI

6.2.5 Análise crítica dos itens 6.2.3 e 6.2.4

Os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, inclusive vigilância, limpeza e higiene transcorreram na normalidade. Não houve dificuldades na condução dos contratos de prestação de serviços, nem interrupções na prestação de serviços.

6.2.6 Composição do quadro de estagiários

QUADRO 6.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	0	0	0	1	
1.1 Área Fim	0	0	0	0	
1.2 Área Meio	1	1	0	1	
2. Nível Médio	0	0	0	0	
2.1 Área Fim	0	0	0	0	
2.2 Área Meio	6	6	6	4	
3. Total (1+2)	0	0	0	0	22.666

Fonte: SIAPE

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

7.1.1 Gestão da frota de veículos próprios

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

As normas que regulam o uso de veículos oficiais do 3º DRPRF/AM, são as seguintes:

- Instrução Normativa nº 07, de 08 de dezembro de 2011, da Direção-Geral - DPRF. Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.

- Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A Polícia Rodoviária Federal tem como deveres principais a fiscalização do trânsito nas rodovias federais e o combate à criminalidade, zelando pela vida daqueles que utilizam a malha viária federal para exercer o direito constitucional da livre locomoção. As atribuições legais são

definidas, principalmente, pelo Código de Trânsito Brasileiro (fiscalização de trânsito) e pelo Decreto 1.655/95 (enfrentamento a criminalidade).

Para o cumprimento de sua missão constitucional de patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, a Polícia Rodoviária Federal conta com policiais alocados em funções gerenciais, administrativas e operacionais, tanto em sua unidade central (Departamento), como em unidades regionais e locais (Superintendências, Distritos, Delegacias e Postos), sendo que no Amazonas, há uma Sede e quatro Postos Operacionais.

Portanto, a viatura mostra-se como uma das principais ferramentas de trabalho do Policial Rodoviário Federal. Dada sua importância natural, é grande o seu impacto em toda a estrutura do DPRF, tanto do ponto de vista orçamentário, como gerencial, para que esteja disponível uma frota de veículos bem conservada, com manutenção adequada, que ofereça segurança aos seus usuários. As viaturas a disposição do 3º DRPRF/AM realizam operações em âmbito estadual, assim como apoio a missões regionais.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade do 3º DRPRF/AM, no ano de 2013:

O 3º DRPRF/AM conta com 52 (cinquenta e dois) veículos, todos de propriedade do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, vinculados ao patrimônio do 3º DRPRF, no Amazonas. Deste total, 10 (dez) veículos prestam-se a atender as atividades administrativas da UJ, enquanto que os 42 (quarenta e dois) restantes são viaturas operacionais, entre viaturas operacionais caracterizadas, viaturas operacionais descaracterizadas e motocicletas operacionais, dedicadas ao policiamento ostensivo e demais atividades fim da Polícia Rodoviária Federal. No entanto, 3 (três) viaturas encontram-se avariadas e fora de uso, cuja possibilidade de recuperação está sendo analisada por meio de processo administrativo.

Frota 3º DRPRF/AM			
Veículos administrativos	Operacional caracterizado	Operacional descaracterizado	Motocicleta caracterizada
6	31	5	10
3º DRPRF/AM TOTAL	52		

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos:

Quilômetros rodados	Média anual de quilômetros rodados
474.488 Km	9.124,77 Km/veículo

**Fonte Sistema Ticket Car.*

e) Idade média da frota do 3º DRPRF/AM, em 2013, por grupo de veículos:

Idade da Frota Sede DPRF por grupo			
Administrativo	Operacional caracterizado	Operacional descaracterizado	Motocicleta caracterizada
3,5 anos	3 anos	4,2 anos	2,4 anos

f) Custos associados à manutenção da frota de veículos do 3º DRPRF/AM, em 2013:

Custos associados a manutenção	
Manutenção (preventiva e corretiva)	R\$ 78.887,69
Combustíveis	R\$ 147.001,54
Taxas (Licenciamento Anual e Seguro Obrigatório)	R\$ 5.110,63

g) Plano de substituição da frota e razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A Divisão de Patrimônio e Material (DIPAM), em conjunto com os gestores nacionais de frota, lançou o compêndio “Consolidação de Critérios Técnicos”, que versa sobre aquisição e distribuição de materiais e contratação de serviços, onde é definida uma vida útil de até 4 (quatro) anos para as viaturas operacionais, devendo haver ressurgimento ao fim desse prazo.

A aquisição de veículos é feita de forma centralizada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de forma que as Regionais recebem os veículos padronizados, com destinação e padrões já definidos.

O fator depreciação dos veículos policiais impõe à Administração a necessidade de substituição mínima contínua da frota a cada período anual, sob risco de que sejam incrementados os dispêndios com o sistema de manutenção corretiva, ocasionando mais ônus ao erário. Assim a aquisição de veículos próprios tem se mostrado mais vantajoso para a Administração.

h) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Como instrumentos de controle os gestores da frota do 3º DRPRF/AM fazem o acompanhamento da utilização das viaturas através de formulários que identificam o motorista, trajeto e abastecimento, além do uso do sistema da empresa Ticket Car, que realiza o gerenciamento das operações de consumo de combustíveis.

7.1.2 Gestão da frota de veículos de terceiros

Esta UJ não possui em sua frota veículos de terceiros

7.2 Gestão do patrimônio imobiliário

7.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

QUADRO 7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	AM	5	5
	0255 - Manaus	3	3
	9841 – Presidente Figueiredo	1	1
	0965 – Careiro da Várzea	1	1
Subtotal Brasil		5	5
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		5	5

Fonte: Sistema SPIUNET

7.2.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

QUADRO 7.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200110	0255 00757.500-9	13	5	R\$ 340.910,00	27/12/12	R\$ 472.370,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00
200110	9841 00021.500-4	12	4	R\$ 150.823,41	27/12/12	R\$ 49.878,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00
200110	0965 00003.500-0	12	6	R\$ 133.669,88	27/12/12	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00
200110	0255 00756.500-3	12	3	R\$ 416.462,77	27/12/12	R\$ 147.333,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00
200110	0255 00755.500-8	12	4	R\$ 88.000,00	27/12/12	R\$ 80.432,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total							R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Sistema SPIUNET, bem como, os Processos nº 08651000513/2012-18(Reavaliação dos Imóveis da União sob a Responsabilidade desta UJ) e nº 08651000680/2003 (Regularização de Imóvel).

7.2.2.1 Análise crítica

Os 05 (cinco) imobilizados desta UJ são distribuídos da seguinte forma: 02 (dois) Postos de Fiscalização na BR-174, sendo um no KM-43(Manaus/AM) e outro no KM-126(Presidente Figueiredo/AM); 02 (dois) Postos de Fiscalização na BR-319, sendo um no KM- 0 (Ceasa- Manaus/AM) e outro no KM-13 (Careiro da Várzea/AM) e 01 (uma) Sede Administrativa, situada na Av. Mário Ypiranga Monteiro, 2479, Conj. DNIT, Manaus/AM.

Esta UJ encontra dificuldade para realizar algumas atividades relativas aos imóveis sob sua responsabilidade, como: avaliar e reavaliar o valor, reformar, manter e construir, tendo em vista a dificuldade de conseguir a descentralização dos recursos necessários para cobrir as despesas com a contratação de profissionais capacitados e competentes para executar os serviços inerentes a estes bens, como os previstos na Lei nº: 8.666/93, NBC T 16.9, NBC T 16.10 e demais legislações correlatas.

Ressalte-se que foi realizada atualização das informações do Sistema SPIUNET no final de 2012, permanecendo inalterados os valores para o ano de 2013 perante o referido sistema.

Diante desta realidade, os imóveis estão há alguns anos sem serem avaliados e reavaliados, sem reforma e manutenção. Salientando que a reforma mais recente foi a do Posto do Km-43, da BR-174, o qual fora reformado com recurso oriundo de emenda parlamentar. Em 2013 foram iniciados os procedimentos para reforma e ampliação de alguns postos, despesa que só será executada em 2014.

Aliado a isso, o DPRF/MJ ainda está adequando sua política de diretrizes a serem observadas por suas UGs inerentes aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas, conforme prevê NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

Por fim, nesta UJ, não existem bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização. No entanto, para os imóveis onde estão localizados os postos de fiscalização está previsto início das devidas regularizações junto a SPU/AM.

7.2.3 Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ

A UJ não possui imóveis funcionais sob sua responsabilidade.

7.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros

A UJ não utiliza imóveis locados de terceiros.

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO 8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.

	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	

	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
A Gestão de Tecnologia de Informação e Gestão de Conhecimento é feita pelo Órgão Central (DPRF – UG 200109), razão pela qual foram transcritas as informações (que são de âmbito nacional), por ele prestadas.	

9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

QUADRO 9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					x
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			x		

<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			x		
CERFLOR e FSC					
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	x				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	x				
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	x				
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>			x		
<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 			x		
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>				x	
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>				x	
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>					x
<p>Considerações Gerais: Foi realizado o Pregão nº 001/2013, por esta UJ, onde foi registrado preços para aquisição de papel alcalino e reciclado. Embora a UJ ainda não tenha adquirido os materiais das atas resultantes deste pregão, o consumo registrado em 2013, nos meses de outubro a dezembro, de papel reciclado foi de 65 resmas, enquanto que o de papel alcalino foi de 10 resmas. As aquisições feitas pelas Regionais vinculadas ao DPRF seguem um projeto de Unidades Centralizadoras de Compras – UCCs, na qual cada regional fica responsável por um ou mais itens de material de consumo ou permanente, com critérios de qualidade e sustentabilidade geralmente estabelecidos pelo próprio Departamento.</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p>					

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados

A UJ conta com recipientes de coleta de material reciclável, além de promover o encaminhamento do material reciclável para cooperativa de coleta seletiva. Ainda falta, contudo, implementar ações de conscientização junto aos usuários e servidores, para melhores práticas.

9.3 Consumo de papel, energia elétrica e água

QUADRO 9.3 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	75 resmas	-	-	R\$ 783,00	-	-
Água	374	295	531	R\$ 4.246,81	R\$ 2.830,82	R\$ 5.679,45
Energia Elétrica	161.522	158.413	145.915	R\$ 50.055,63	R\$ 60.911,75	R\$48.406,30
			Total	R\$ 55.085,44	R\$ 63.742,57	54.085,75

Fonte: SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos) e Setor de Conformidade Documental

O consumo de papel refere-se aos meses de outubro a dezembro de 2013, quando houve implantação de Sistema de Almoxarifado do SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos); Quantidade de água faturada em m³ e quantidade de energia elétrica faturada em Killowatts. Valores em R\$ extraídos das faturas mensais.

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Tratamento de recomendações do OCI

10.1.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício

QUADRO 10.1.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Terceiro Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal	14016
Recomendações do OCI	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	2012.03623	3.1.4	Ofício nº 16.968/2012/CGU-Regional/AM/CGU-PR
2	2012.03623	3.1.8	Ofício nº 16.968/2012/CGU-Regional/AM/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Terceiro Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal			14016
Descrição da Recomendação			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer gestão junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para que proceda à avaliação dos bens imóveis sob responsabilidade da Unidade. 2. Adotar rotinas administrativas para que os contratos sejam registrados no Sistema SIASG tão logo sejam firmados. 			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Terceiro Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal (Núcleo de Administração de Pessoal)			14016
Síntese da Providência Adotada			
<p>1. Conforme solicitação do ofício nº 24.166/2012/GCU-PR, de 21 de agosto de 2012, foi solicitado a esta UJ que procedesse à avaliação dos imóveis sob sua responsabilidade, o que foi feito no exercício de 2012, contudo, em Nota Técnica Simplificada no exercício de 2013, foi solicitado a esta UJ que confirmasse a implementação da recomendação com o envio da relação atualizada dos imóveis da unidade, o que foi atendido com o envio, por esta UJ, das consultas realizadas junto ao SPIUNET, que demonstravam a validade da atualização até 27/12/2014, providência esta aceita pela CGU/AM por meio do Ofício nº nº 28.943/2012/CGU-Regional/AM/CGU-PR;</p> <p>2. Conforme solicitação do ofício nº 24.166/2012/GCU-PR, de 21 de agosto de 2012, foi solicitado a esta UJ que apresentasse medidas implementadas pelo gestor para adoção de rotinas administrativas para registro de contratos no Sistema SIASG, o que foi feito no exercício de 2012, contudo, em Nota Técnica Simplificada no exercício de 2013, foi solicitado a esta UJ que enviasse lista contendo todos os contratos em vigência e os celebrados pela UJ durante o ano de 2013, com seu respectivo cadastro no SIASG, o que foi atendido com o envio, por esta UJ, da listagem e documentação solicitada, providência esta aceita pela CGU/AM por meio do Ofício nº nº 28.943/2012/CGU-Regional/AM/CGU-PR.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Melhor controle dos contratos administrativos da UJ;</p> <p>Conhecimento e valoração dos bens imóveis da UJ.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator negativo: falta de força de trabalho na área administrativa da Unidade, a fim de atender todas as demandas administrativas e financeiras da UJ.			

10.2 Informações sobre a atuação da unidade de Auditoria Interna

A UJ não possui unidade de Auditoria Interna.

10.3 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO 10.3.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	5
	Entregaram a DBR	0	0	5
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: NAP/3º DRPRF/AM

10.3.2 Situação do cumprimento das obrigações

Todos os servidores da Unidade Jurisdicionada entregaram o Termo de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, previsto na Portaria Interministerial nº 298-CJU/MP/2007, autorizando o acesso às declarações anuais apresentadas à Receita Federal do Brasil, bem como suas retificações.

O Núcleo de Administração de Pessoal é unidade interna incumbida de gerenciar a entrega da referida autorização ou das DBR dos servidores que não a tivesse autorizado.

O recebimento foi feito no ato de posse do cargo em comissão, função de confiança, posse no cargo efetivo, aposentadorias e vacâncias do cargo efetivo, com registro em planilha eletrônica específica, digitalização e arquivamento eletrônico na rede de computadores da UJ, bem como o Termo físico, na pasta de assentamentos funcionais do servidor, garantindo a preservação do sigilo fiscal das informações.

Não há previsão de acesso informatizado ao Núcleo de Administração de Pessoal da UJ às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, não havendo, portanto, realização de análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

10.4 Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Não houve instauração de procedimento administrativo de Tomada Especial de Contas.

10.5 Alimentação Siasg e Siconv

A Declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Siconv, nos termos do subitem 9.6 da Portaria TCU nº 175/2010 encontra-se no subitem 14.1 do Anexo deste Relatório (Quadro 10.5).

11. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O relacionamento com a sociedade é atribuição do Órgão Central, DPRF, por intermédio da Ouvidoria PRF, que é o canal de acesso à Polícia Rodoviária Federal, destinado a atender o cidadão em suas solicitações, denúncias, sugestões e manifestações de descontentamento quanto aos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Ressalte-se que a maioria das demandas registradas, referem-se a solicitação de informação e serviços. O DPRF conta, em seu sítio eletrônico (www.prf.gov.br), com link para acesso à Carta de Serviços ao Cidadão, onde são apresentados serviços prestados pela instituição e forma de acessá-los.

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público

12.1.1 Depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos

- Aplicação, pela UJ, dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

a. NBC T 16.9

A referida norma estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão, apurados sobre os valores dos bens componentes do Ativo Imobilizado, Intangível e Investimentos, integrantes do grupo Não-Circulante do Balanço Patrimonial de entidades do setor público.

Em complemento a esta norma, foram observados os procedimentos de análises contábeis estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, onde consta uma padronização mínima das depreciações a serem efetuadas, conforme a Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Dessa forma, as análises levadas a efeito revelaram que a Unidade Gestora não efetuou as depreciações, amortizações e exaustões, cujas disfunções foram objeto de registro de

conformidade contábil com restrição (código 106) no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, nas seguintes contas contábeis:

- 14.212.06.00 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação
- 14.212.35.00 – Equipamentos de Processamento de Dados
- 14.212.52.00 – Veículos de Tração Mecânica

b. NBC T 16.10

A citada norma define critérios e procedimentos para avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

As análises evidenciaram o que segue:

b.1) Disponibilidades – caracterizadas pelos valores depositados na Conta Única do Tesouro Nacional, em operações internas (nacionais), pelo valor de cada operação. Foram analisados os recursos por fonte (conta contábil 19.329.02.00); no entanto, a unidade não dispõe de saldo devedor disponível.

b.2) Créditos e Dívidas – os direitos, títulos e créditos foram registrados pelo valor original, em consonância com o disposto na norma sob comento.

Inexiste saldo de Créditos a Receber nesta Unidade Gestora.

As Obrigações em Circulação (dívidas) descritas Balanço Patrimonial retratam os Restos a Pagar não Processados a Liquidar.

b.3) Estoques – Os materiais em estoque desta Unidade Gestora apresentaram conformidade em 2012 com os registros contábeis na conta 11.318.01.00 – Material de Consumo, os quais foram mensurados pelo valor de aquisição.

b.4) Investimentos permanentes – Inexistem registros de participações em empresas e em consórcios público ou público-privado avaliados pelo método de equivalência patrimonial na Unidade Gestora sob análise

b.5) Imobilizado – Os bens patrimoniais imóveis da Unidade Gestora estão devidamente atualizados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet da Secretaria de Patrimônio da União- SPU.

Os bens patrimoniais móveis, acompanhados mediante o Relatório Mensal de Bens Móveis – RMB, emitidos por esta Unidade Gestora, não estão em conformidade com os registros contábeis e com as normas afins.

A Unidade Gestora apresentou bens móveis em trânsito, durante 2012, devidamente acompanhados pelo setor de Patrimônio, registrados pelo valor de aquisição.

b.6) Intangível – Inexistem registros de intangível na Unidade Gestora.

b.7) Diferido – O item 35 da referida NBC T não se aplica à Unidade Gestora.

b.8) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável – a Unidade Gestora não procedeu adequadamente à reavaliação de bens no período sob análise, logo, não atendeu às orientações constantes nesta norma. Esse fato motivou o registro de conformidade contábil com restrição (código 115) em 2012.

- Justificativas da UG pelo descumprimento do disposto nas alíneas “a”, “b.5” e “b.8”

De acordo com as informações desta Unidade Gestora, foram efetuadas as atualizações, conforme Memorando nº 011/2013/GAB/CD/3ºDRPRF/MJ, de 20/02/2013.

- Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ

De acordo com o Demonstrativo de Variações Patrimoniais da Unidade Gestora, houve Variação Ativa de R\$ 1.016.153,24 referentes às reavaliações de bens efetuadas em 2012, impactando sobre o resultado apurado pela UJ.

12.2 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

A Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis, nos termos do subitem 11.2 da Portaria TCU nº 175/2010 encontra-se no subitem 14.2 do Anexo deste Relatório (Quadro 12.2).

13 RESULTADOS E CONCLUSÕES

13.1 Atuação frente aos objetivos estratégicos traçados para o exercício de 2013

As principais ações desenvolvidas encontram-se descritas no item 3.1 Planejamento da Unidade, o qual traz o planejamento das ações da Unidade, estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos, execução do plano de metas e ações, e indicadores.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos foram, basicamente, a escassez de pessoal, tanto no âmbito operacional, quanto na esfera administrativa, fato que afeta particularmente esta Regional devido à grande rotatividade de policiais, decorrente de remoções.

13.2 Principais medidas que deverão ser adotadas nos exercícios seguintes para mitigar os desvios dos objetivos traçados para o exercício de 2013

A UJ em análise vincula-se ao DPRF, órgão central, que estabelece critérios, metas e objetivos para atuação das Regionais. O DPRF já está formando mais novos policiais em sua Academia Nacional, e busca capacitar seus servidores, para atuar tanto no policiamento ostensivo quanto administrativamente, enquanto ainda não supre a sua necessidade de servidores administrativos.

O DPRF também está buscando melhorar os equipamentos utilizados na fiscalização, tais como radares, etilômetros, entre outros, o que também demanda tempo e pessoal para andamento dos processos de aquisição.

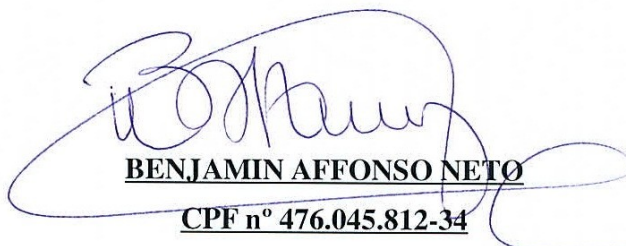
14 ANEXOS

14.1 Quadro 10.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Siconv

DECLARAÇÃO

Eu, **BENJAMIN AFFONSO NETO**, CPF nº 476.045.812-34, **Chefe do 3º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal, Estado do Amazonas**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Manaus, 28 de março de 2014.



BENJAMIN AFFONSO NETO
CPF nº 476.045.812-34

Chefe do 3º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal/AM

**14.2 Quadro 12.2 – Declaração do Contador atestando as demonstrações contábeis –
Declaração com ressalva.**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
3º DISTRITO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/AM	200110		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 603 - SALDO CONTÁBIL DO ALMOXARIFADO NÃO CONFERE C/RMA; b) 606 - SALDO ALONGADO INDEVIDO CONTAS TRANS. ATIVO CIRCULANTE; c) 634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS; d) 640 - SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB; e) 642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO; f) 684 - FALTA DE ATUALIZAÇÃO PASSIVOS EXIG. LONGO PRAZO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	22 de janeiro de 2014
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC n.º	DF - 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/DPROG/SE/MJ
Coordenador